

ÍNDICE

página

ÍNDICE.....	2
I. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	10
2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2010	10
2.2. SALDOS DA GERÊNCIA	12
2.2.1. NA ÓPTICA ORÇAMENTAL	12
2.2.2. NA ÓPTICA DOS FLUXOS DE CAIXA	13
2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	14
2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA	15
2.4.1. RECEITAS CORRENTES	16
2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL	18
2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL.....	19
2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA.....	21
2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA	21
2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	53
3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	58
3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	58
3.2. DÍVIDA TOTAL	59
3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	60
3.4. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	60
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	62
4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO.....	62
4.1.1. ESTRUTURA DO ACTIVO	65
4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO.....	66
4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS.....	68
4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	68
4.1.5. RÁCIOS.....	70
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	73
6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA	74
II. MAPAS E ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	88
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	



ÍNDICE DE QUADROS

página

QUADRO 1 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA <i>DO ANO DE 2010</i>	10
QUADRO 2 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
QUADRO 3 – FLUXOS DE CAIXA.....	13
QUADRO 4 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA	15
QUADRO 5 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS CORRENTES <i>NO PERÍODO 2008-2010</i>	16
QUADRO 6 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS DE CAPITAL	18
QUADRO 7 – PRINCIPAIS APOIOS COMUNITÁRIOS E OUTROS, AFECTOS AO INVESTIMENTO	19
QUADRO 8 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES, <i>CAPITAL E OUTRAS EM PORCENTAGEM</i>	19
QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS TOTAIS – 2000/2010 <i>POR TIPO DE FINANCIAMENTO</i>	20
QUADRO 10 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESA	21
QUADRO 11 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS CORRENTES E SUA EVOLUÇÃO <i>NO PERÍODO 2008-2010</i>	22
QUADRO 12 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS DE CAPITAL E SUA EVOLUÇÃO <i>NO PERÍODO 2008-2010</i>	24
QUADRO 13 – ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL PAGA EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO, TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL E ACTIVOS FINANCEIROS <i>NO PERÍODO 1998-2010</i>	25
QUADRO 14 - FONTES DE FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	25
QUADRO 15 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA <i>EM 2010</i>	27
QUADRO 16 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO <i>NO PERÍODO 2007/2010</i>	51
QUADRO 17 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO E NATUREZA DAS DESPESAS <i>NO PERÍODO 2007/2010</i>	52
QUADRO 18 – RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2010.....	53
QUADRO 19 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO <i>EM 2010</i>	54
QUADRO 20 – RÁCIOS DE ESTRUTURA E FINANCEIROS	56
QUADRO 21 – INDICADORES FINANCEIROS E DE ESTRUTURA.....	57
QUADRO 22 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO NO PERÍODO 1997 A 2010	58
QUADRO 23 - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2004-2010	59
QUADRO 24 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2007-2010	60
QUADRO 25 – RESUMO DA ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2007-2010.....	60
QUADRO 26 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA: BALANÇO SINTÉTICO	63
QUADRO 27 – COMPOSIÇÃO DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS EM 2010	68
QUADRO 28 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009-2010	69
QUADRO 29 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS	70
QUADRO 30 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DOS RÁCIOS.....	71
QUADRO 31 – MAPA DE PESSOAL EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	77
QUADRO 32 – CONTAGEM DE EFECTIVOS SEGUNDO A CARREIRA, SEXO E RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	78
QUADRO 33 – MAPA DAS VALORIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS E CONTRATAÇÕES	80
QUADRO 34 – MAPA DOS POSTOS DE TRABALHO OPUADOS POR TEMPO DETERMINADO/DETERMINAVEL	80
QUADRO 35 – MAPA DOS POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS POR PESSOAL EVENTUAL	81
QUADRO 36 – DIRIGENTES	81
QUADRO 37 – MAPA DE CESSAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	82
QUADRO 38 – ABSENTISMO	84
QUADRO 39 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO ABSENTISMO	84
QUADRO 40 – ACCÇÕES DE FORMAÇÃO E CURSOS	84
QUADRO 41 – PARTICIPAÇÕES EM ACCÇÕES DE FORMAÇÃO E CURSOS.....	85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DESPESAS CORRENTES	12
GRÁFICO II – SALDO DO EXERCÍCIO	14
GRÁFICO III – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	17
GRÁFICO IV – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	19
GRÁFICO V – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS – 2007/2010 <i>POR TIPO DE FINANCIAMENTO</i>	20
GRÁFICO VI – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DESPESAS CORRENTES <i>EM PERCENTAGEM</i>	21
GRÁFICO VII – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	24
GRÁFICO VIII – INVESTIMENTO MÉDIO ANUAL (ABI+TC+AF) – <i>POR PERÍODOS</i>	26
GRÁFICO IX – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL – NO PERÍODO 2001-2010	26
GRÁFICO X – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>EM 2010</i>	28
GRÁFICO XI – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>NO PERÍODO 2007/2010</i>	51
GRÁFICO XII – REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS <i>NO PERÍODO 2007/2010</i>	55
GRÁFICO XIII – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	59
GRÁFICO XIV – EVOLUÇÃO DO BALANÇO <i>NO PERÍODO 2006-2010</i>	65
GRÁFICO XV – EVOLUÇÃO DO ACTIVO FIXO <i>NO PERÍODO 2006-2010</i>	65
GRÁFICO XVI – ESTRUTURA DO ACTIVO 2009	66
GRÁFICO XVII – ESTRUTURA DO ACTIVO 2010	66
GRÁFICO XVIII – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO <i>NO PERÍODO 2006-2010</i>	67
GRÁFICO XIX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2009	67
GRÁFICO XX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2010	67
GRÁFICO XXI – EFECTIVOS SEGUNDO O SEXO	79
GRÁFICO XXII – EFECTIVOS SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	82
GRÁFICO XXIII – ESTATUTO DE TRABALHADOR ESTUDANTE	83
GRÁFICO XXIV – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO ABSENTISMO	85

NOTA INTRODUTÓRIA

Fazem parte deste documento, que agora se apresenta, as peças que integram os documentos de Prestação de Contas do Município de Bragança do ano de 2010, dando cumprimento ao estatuído na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua redacção actual, que estabelece como competência da câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, “*elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo*”. Esta imposição também se encontra disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, que refere, “*As contas dos municípios e das freguesias, bem como das respectivas associações, são apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam*”.

O regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Estabelece igualmente que o relatório de gestão deve contemplar os seguintes aspectos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Um dos aspectos importantes a ter em consideração no estudo do relatório de gestão, será o de adequar as análises e respectivas conclusões ao tipo de informação que seja disponibilizada, quer seja orçamental, ou económica e financeira. Embora sendo informação que no seu conjunto se complementa, não será no entanto comparável, pois enquanto que a primeira é elaborada na base de caixa ou compromissos e direitos, a segunda obedece ao princípio do acréscimo ou da especialização dos exercícios.

Foi utilizada como metodologia de desenvolvimento deste documento, iniciar o seu enquadramento com o Relatório de Gestão focalizando os aspectos atrás referidos. Seguidamente e na ordem que refere o POCAL, são apresentados os restantes Documentos de Prestação de Contas. Sempre que tal se justifique são efectuadas as devidas referências aos anexos e às demonstrações financeiras, facultando aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências.



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

[Handwritten signatures and initials]

The image shows several handwritten signatures and initials in blue ink. One signature is clearly legible as "José António" and another as "Alves". There are also some initials and a small number "6" at the bottom right.

1. INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia, relativas ao ano de 2010 e que serão remetidas ao Tribunal de Contas para aprovação, foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e actividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, documento acompanhado pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receitas arrecadadas pela Autarquia (34.874.124,07€), constatamos ter obtido uma execução de 83,19% relativamente às dotações corrigidas, e o orçamento da despesa uma execução de 83,29%, em ambos os orçamentos, o que traduz um crescimento relativamente ao ano anterior de cerca de 1,5%, sendo o terceiro maior orçamento dos últimos 10 anos. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%. As taxas de execução dos municípios do País, no ano de 2008, variaram entre o mínimo de 35,0% (município da Guarda) e o máximo de 100,5% (município de Sobral de Monte Agraço).

O Princípio de Equilíbrio Orçamental assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido, comprovando-se que ao nível do saldo corrente se verifica que a receita corrente permitiu libertar poupança corrente para investimento; que o saldo orçamental foi positivo e que o saldo efectivo foi positivo, ou seja, foi positiva a diferença entre as receitas operacionais e as despesas operacionais mais encargos financeiros.

O orçamento da receita foi inferior ao do ano anterior em 4.022.270,00€, sendo que o grupo de receitas que contribuiu para esta diminuição foram as transferências de capital (diminuição de 5.140.934,39€), uma vez que o ano de 2009 foi excepcional na captação de fundos comunitários ao encerrar o último QCA (8.588.945,00€), verbas que outras entidades promotoras não conseguiram utilizar, enquanto no corrente ano os apoios comunitários ascenderam a 3.209.715,00€.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõem-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 42,99%; Apoios Comunitários e outros 13,30%; empréstimos 1,96% e Receitas Próprias 41,75%. Da análise da estrutura da receita para a globalidade das autarquias do País, realça-se que as transferências recebidas (correntes e de capital) são, para os municípios de pequena dimensão, de 63,60%, para os de grande dimensão, de 24,10% e, para os de média dimensão, de 39,70% das receitas totais.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma: A despesa corrente que representa 61,12% (dentro desta a despesa de pessoal representa 19,98% - a média nacional dos municípios é de 28,50%, com um valor mínimo de 8,7% e um máximo de 58,40% - e a aquisição de bens e serviços 35,67%); A despesa de capital que representa 38,88% (sendo 27,66% para aquisição de bens e serviços e 5,83% para transferências de capital). Neste âmbito, deve destacar-se que o aumento da despesa corrente em 2.129.545,16€, se deve essencialmente à recuperação de prazos de pagamento na aquisição de bens e serviços, o que se reflecte positivamente na diminuição da dívida total do município (menos 2.683.299,05€). Ao nível da aquisição de bens de capital e das transferências de capital ocorre uma diminuição, pelas razões já expostas.

De referir ainda que os limites gerais impostos às despesas com pessoal foram respeitados, ficando o município muito abaixo dos limites impostos respectivamente em 34,33% para pessoal do mapa e em 12,33% para pessoal em qualquer outra situação. De destacar ainda que no âmbito das fontes de financiamento da aquisição de bens de investimento, o financiamento municipal representa 52,43%; o financiamento com apoios comunitários 38,55% e o recurso a empréstimos 9,02%. A despesa global desceu 10,24% relativamente ao ano de 2009, sendo que ao nível da Administração Autárquica, a Assembleia Municipal duplicou a despesa, enquanto ao nível da Câmara Municipal e operações financeiras se verificou uma descida.

Quanto ao endividamento municipal regista-se uma diminuição no cômputo geral da dívida de 15,02%, tendo diminuído a dívida de curto prazo (excluída a conta credores de cauções) em 2.080.582,07€ e a dívida de médio e longo prazo de 626.056,35€. Estamos assim perante uma nova descida da dívida global, o que comparado com a dívida actualizada de 31 de Dezembro de 1997, representa um valor de redução de 35,57%, que em 1997 a dívida sobre o orçamento da receita representava 105% e em 2010 representa 37,78%.

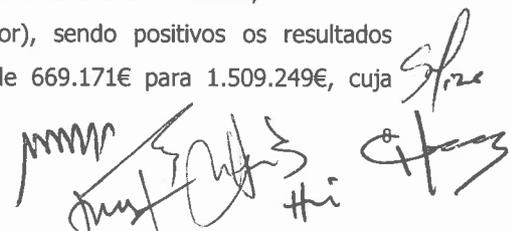
Em igual período o agravamento da dívida pública do País, foi de 32,9 pontos percentuais. Assim, os limites de endividamento do município, face aos limites legais de endividamento, impostos pela Lei das Finanças Locais são os seguintes: dívida a médio e longo prazo 35,09% do limite legal; endividamento líquido 23,20% do limite legal.

Da informação da Direcção Geral das Autarquias Locais, relativa ao rateio de endividamento de médio e longo prazo nos termos do n.º 2 do art.º 53.º do Orçamento do estado para 2011, para efeitos de contracção de novos empréstimos, retira-se que dos 308 municípios, só 19 poderão aceder a valor superior ao de Bragança, e que 61 estão impedidos de aceder a qualquer financiamento.

Quanto á situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2009, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o activo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do activo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.244.093,00€, tendo ocorrido um acréscimo de 14% (23.741.463,00€); quanto ao passivo, com o valor de 79.420.651,00€, com um crescimento de 32% (19.334.944,00€), refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: fornecedores de imobilizado (43%); fornecedores (15%); empréstimos obtidos 8%; a rubrica de provisões aumentou (19%); A rubrica de acréscimos e diferimentos passivos regista um aumento líquido de 20,46 milhões de euros resultado dos subsídios para investimento e representa 68% (54.395.336 milhões de euros) do passivo total; os fundos próprios no valor de 119.823.442,66€, tiveram um acréscimo de 4,4 milhões de euros.

No período de 2002 a 2010, em termos patrimoniais, ocorreu a seguinte evolução: o activo evoluiu de 64,16 milhões de euros para 199,24 milhões de euros; o passivo de 14,56 milhões de euros para 79,42 milhões de euros, sendo deste valor cerca de 70% de subsídios para investimentos e os fundos próprios evoluíram de 49,60 milhões de euros para 119,82 milhões de euros.

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais aumentaram em 4%, o correspondente a 978 mil euros; os custos operacionais aumentaram cerca de 7,8% o equivalente a 182 mil euros; o resultado extraordinário é negativo (significativamente menor que no ano anterior), sendo positivos os resultados financeiros, os resultados operacionais e o resultado líquido que sobe de 669.171€ para 1.509.249€, cuja



proposta de aplicação de resultados é feita no sentido de reforçar as reservas legais em 75.462,43€ e para reforço do património em 1.433.786,22€.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção, tendo ocorrido globalmente um aumento de custo de 1,19% (81.757,27€), resultante do aumento de encargos com o sistema de saúde e da opção gestionária. O número global de trabalhadores é de 373, o número mais baixo dos últimos 16 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores), apesar de ter ocorrido abertura de novos serviços em diversas áreas.

Ao nível do absentismo, regista-se uma elevada taxa de absentismo (9,1%, ou seja 4997 dias de trabalho), em resultado de doença prolongada de 40 trabalhadores, o que representa cerca de 10% dos trabalhadores do município. O maior factor de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA), que após solicitadas demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2010 e que degrada imenso o sistema na administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de muita responsabilidade, cumprindo com os objectivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da actividade do município, garantindo legalidade plena na acção conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas, pelo que em nome da Câmara Municipal quero deixar o necessário agradecimento.

Também os prestadores de serviços e fornecedores, as empresas e as Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como outros níveis de administração política como a administração Central e em particular, as Juntas de Freguesia, connosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira e económica e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido e com alguma confiança encarar os desafios que sendo inúmeros são pouco previsíveis.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2010

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos. Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da actividade de planeamento.

De salientar que a taxa de execução da despesa traduz as obrigações efectivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros. A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

Seguidamente apresenta-se, no Quadro n.º 1, o Mapa de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e da despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2010.

QUADRO 1 – Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2010

ORÇAMENTO DE RECEITA							
Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Bruta (RCB)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução (RCL) Dotações Iniciais	Tx. execução (RCL) Dotações corrigidas
Receitas Correntes							
Impostos Directos	4.462.500,00	4.462.500,00	4.412.495,33	4.343.285,18	-2,67%	97,33%	97,33%
Impostos Indirectos	207.900,00	207.900,00	375.043,55	375.043,55	80,40%	180,40%	180,40%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.017.800,00	1.017.800,00	1.007.783,30	1.007.460,14	-1,02%	98,98%	98,98%
Rendimentos de Propriedade	1.939.500,00	1.939.500,00	1.711.432,14	1.711.432,14	-11,76%	88,24%	88,24%
Transferências Correntes	10.712.100,00	11.138.000,00	10.700.048,24	10.700.048,24	-3,93%	99,89%	96,07%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.705.000,00	4.705.000,00	5.679.934,75	5.676.282,68	20,64%	120,64%	120,64%
Outras Receitas Correntes	45.100,00	45.100,00	40.368,63	40.368,63	-10,49%	89,51%	89,51%
Sub-total	23.089.900,00	23.515.800,00	23.927.105,94	23.853.920,56	1,44%	103,31%	101,44%
Receitas de Capital							
Venda de Bens de Investimento	4.345.000,00	4.345.000,00	1.244.940,98	1.244.940,98	-71,35%	28,65%	28,65%
Transferências de Capital	12.929.500,00	13.245.300,00	8.932.304,40	8.932.304,40	-32,56%	69,08%	67,44%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	100,00	682.900,00	682.896,35	682.896,35	0,00%	0,00%	100,00%
Outras Receitas de Capital	4.400,00	4.400,00	30.749,26	30.749,26	598,85%	698,85%	698,85%
Sub-total	17.279.000,00	18.277.600,00	10.890.890,99	10.890.890,99	-36,97%	63,03%	59,59%
Outras Receitas							
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	100,00	100,00	56.127,14	56.127,14	56027,14%	56127,14%	56127,14%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	41.000,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Sub-total	100,00	41.100,00	56.127,14	56.127,14	36,56%	56127,14%	136,56%
TOTAL	40.369.000,00	41.834.500,00	34.874.124,07	34.800.938,69	-16,81%	86,21%	83,19%

[Handwritten signatures and initials]

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	7.721.500,00	7.114.700,00	6.962.159,68	-9,83%	90,17%	97,86%
Aquisição de Bens e Serviços	13.294.600,00	13.982.470,00	12.427.129,71	-6,52%	93,48%	88,88%
Juros e Outros Encargos	197.100,00	247.580,00	246.629,45	25,13%	125,13%	99,62%
Transferências Correntes	844.600,00	1.346.000,00	1.261.380,56	49,35%	149,35%	93,71%
Outras Despesas Correntes	230.400,00	410.050,00	398.471,00	72,95%	172,95%	97,18%
Sub-total:	22.288.200,00	23.100.800,00	21.295.770,40	-4,45%	95,55%	92,19%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	13.484.500,00	13.623.000,00	9.636.509,23	-28,54%	71,46%	70,74%
Transferências de Capital	2.783.600,00	3.053.500,00	2.031.629,10	-27,01%	72,99%	66,53%
Activos Financeiros	280.000,00	374.400,00	374.326,89	33,69%	133,69%	99,98%
Passivos Financeiros	1.532.700,00	1.682.800,00	1.503.341,36	-1,92%	98,08%	89,34%
Sub-total:	18.080.800,00	18.733.700,00	13.545.806,58	-25,08%	74,92%	72,31%
TOTAL:	40.369.000,00	41.834.500,00	34.841.576,98	-13,69%	86,31%	83,28%

Verifica-se que o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 40.369.000,00 euros foi durante a execução orçamental de 2010 elevado para 41.834.500,00 euros, devido à inserção do saldo da gerência anterior no valor de 41.000,00 euros, 741.700,00 euros de transferências correntes e de capital provenientes do Estado e empréstimos bancários no valor de 682.800,00 euros. Numa óptica de despesa há outro aspecto que é de realçar: o volume de compromissos assumidos (no montante de 38.750.659,37 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 3.909.082,39 euros, obtendo nesta perspectiva um grau de comprometimento de despesa de cerca de 92,63%. Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para com terceiros de que a mesma, desde que cumpridos os pressupostos que a originaram, se venha a realizar.

Comparando, as taxas de execução ao nível das cobranças e dos pagamentos em relação ao ano anterior, (comportamento do valor cobrado líquido e pago face ao previsto corrigido), regista-se um ligeiro aumento, 1,63% e 1,52%, na receita e despesa, respectivamente.

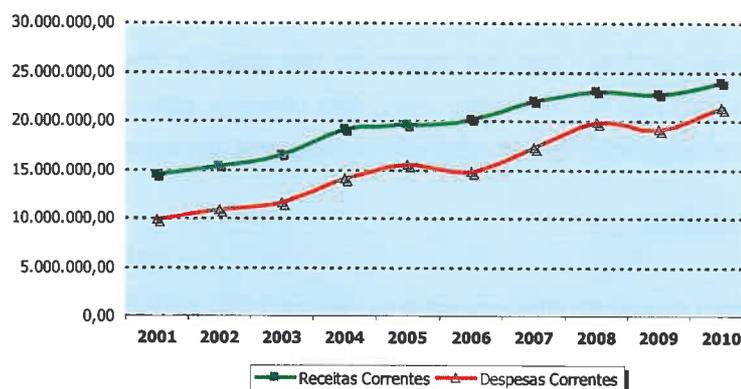
As receitas (brutas) e as despesas, correntes e de capital, apresentam – sinteticamente – no ano de 2010, a seguinte estrutura:

QUADRO 2 – Estrutura da Execução Orçamental

Descrição	Valor	Coef. %
Receitas Correntes	23.927.106 €	68,61%
Receitas de Capital	10.890.891 €	31,23%
Outras Receitas	56.127 €	0,16%
Total da Receita	34.874.124 €	100,00%
Despesas Correntes	21.295.770 €	61,12%
Despesas de Capital	13.545.807 €	38,88%
Total da Despesa	34.841.577 €	100,00%

Constatamos que as *receitas correntes* superaram em 2.631.335,54 euros as *despesas correntes*, suportando uma parcela significativa do investimento. Tal facto é seguidamente evidenciado, apresentando complementarmente e numa perspectiva evolutiva, a comparação entre receitas e despesas correntes nos últimos dez anos.

**GRÁFICO I – Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes
no período 2001-2010**



2.2. SALDOS DA GERÊNCIA

2.2.1. NA ÓPTICA ORÇAMENTAL

Para melhor análise, estes saldos devem ser calculados numa base de caixa (diferença entre receitas cobradas e despesas pagas) e numa base de compromissos (diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos). No que concerne ao significado de receitas liquidadas, retratam no orçamento o direito a receber, sendo que se podem efectivar ou não em receitas cobradas. Quanto aos compromissos, frequentemente e de forma errada identificados como dívidas, correspondem à assunção da responsabilidade da realização da despesa que se encontra devidamente suportada por requisições externas ou documento equivalente. Estes compromissos só se transformam em dívida quando existe uma efectiva obrigação (factura ou documento equivalente) de pagar.

➤ **Saldo Corrente**

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes (brutas) serem pelo menos iguais às despesas correntes. Assim, conforme informação seguinte podemos concluir que este saldo é positivo nas duas vertentes.

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo Corrente
<i>na base de caixa</i>	23.927.105,94	21.295.770,40	2.631.335,54
<i>na base de compromissos</i>	23.855.727,57	22.756.019,03	1.099.708,54

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 23.927.105,94 euros face ao valor de 21.295.770,40 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 2.631.335,54 euros utilizada para suportar investimentos.

➤ **Saldo Orçamental**

O saldo orçamental (o qual não inclui o saldo de tesouraria da gerência anterior) calcula-se pela diferença entre as receitas totais e as despesas totais, também com base nas duas vertentes utilizadas no cálculo do saldo corrente.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Orçamental
<i>na base de caixa</i>	34.915.135,80	34.841.576,98	73.558,82
<i>na base de compromissos</i>	34.969.433,22	38.750.659,37	-3.781.226,15

Spinal
H.C.
12

Analisando a informação anterior, constata-se que o saldo orçamental na base de caixa é positivo, registando 73.558,82 euros, que transitam para o ano de 2011. O saldo na base de compromissos evidencia, naturalmente, um saldo negativo, justificado pelo não pagamento das despesas assumidas no período da gerência. Assim, conforme já foi explicitado no início deste ponto, esta diferença significativa evidencia parte dos compromissos (assunção de uma responsabilidade na realização de despesas) que transitam para o ano económico seguinte.

➤ **Saldo efectivo**

Este saldo é obtido através da diferença entre as receitas totais e as despesas totais, excluindo de igual forma nos dois agregados os Activos Financeiros e os Passivos Financeiros.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Efectivo
<i>na base de caixa</i>	34.915.135,80	32.963.908,73	1.951.227,07
<i>na base de compromissos</i>	34.969.433,22	36.872.991,12	-1.903.557,90

Este indicador permite saber a cobertura que as receitas "operacionais" detêm relativamente às despesas "operacionais" e " encargos financeiros". Assim, na base de caixa o saldo global ou efectivo é positivo com o valor de 1.951.227,07 euros. Tal como previsto, na base dos compromissos e seguindo a mesma explicação já referida no saldo anterior, este valor atinge um saldo negativo de 1.903.557,90 euros.

2.2.2. NA ÓPTICA DOS FLUXOS DE CAIXA

A análise efectuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2010, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o saldo para a gerência seguinte é de 1.512.406,26 euros, dos quais 73.558,82 euros são de Operações Orçamentais e 1.438.847,44 euros são de Operações de tesouraria.

QUADRO 3 – Fluxos de Caixa

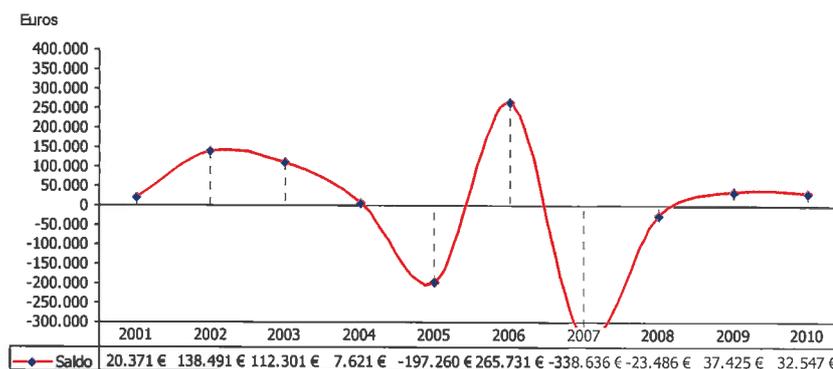
unidade: euros

Saldo da Gerência anterior (2009)	
Execução orçamental	41.011,73
Operações de tesouraria	1.439.825,31
	1.480.837,04
Receita cobrada na gerência	
Receitas Orçamentais	34.874.124,07
Operações de tesouraria	1.576.218,86
	36.450.342,93
Pagamentos efectuados na gerência	
Despesas Orçamentais	34.841.576,98
Operações de tesouraria	1.577.196,73
	36.418.773,71
Saldo para a Gerência seguinte (2011)	
Execução orçamental	73.558,82
Operações de tesouraria	1.438.847,44
	1.512.406,26

2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2010 a Receita total cobrada bruta ascendeu, tal como já ficou anteriormente demonstrado, a 34.874.124,07 euros e a Despesa total executada a 34.841.576,98 euros, significando que durante o ano de 2010 os recebimentos são superiores os pagamentos em 32.547,09 euros. O gráfico II evidencia a evolução do Saldo do exercício ao longo dos últimos dez anos.

GRÁFICO II – Saldo do exercício



Relativamente ao saldo da gerência de 2010, se ao saldo do exercício adicionarmos o saldo da gerência anterior (2009) de 41.011,73 euros, transita para a gerência do ano de 2011 um saldo orçamental de 73.558,82 euros. Neste contexto, concluímos que o orçamento de 2010 previa todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Hélio' and other illegible marks.

2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA

Ao longo deste capítulo procura-se referir os principais factores que condicionaram a arrecadação de receitas no decorrer de 2010 e a sua evolução no triénio 2008 – 2010. A análise efectuada à execução orçamental teve como suporte os dados constantes dos Orçamentos do referido período, utilizando no Orçamento de receita, a receita cobrada bruta.

A estrutura da *Receita Total* subdivide-se, em termos orçamentais, em *Receitas Correntes*, que compreendem os impostos directos e indirectos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, em *Receitas de Capital*, onde se inscrevem as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos activos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital e a *Outras Receitas*, constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior.

O quadro seguinte apresenta a estrutura do Orçamento de Receita e os desvios relativamente ao orçamento inicial e corrigido.

QUADRO 4 – Estrutura do Orçamento de Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita cobrada bruta	Desvio	Estrutura %
Receitas Correntes				
Impostos Directos	4.462.500,00	4.412.495,33	-50.004,67	12,65
Impostos Indirectos	207.900,00	375.043,55	167.143,55	1,08
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.017.800,00	1.007.783,30	-10.016,70	2,89
Rendimentos de Propriedade	1.939.500,00	1.711.432,14	-228.067,86	4,91
Transferências Correntes	11.138.000,00	10.700.048,24	-437.951,76	30,68
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.705.000,00	5.679.934,75	974.934,75	16,29
Outras Receitas Correntes	45.100,00	40.368,63	-4.731,37	0,12
Total (Receitas Correntes)	23.515.800,00	23.927.105,94	411.305,94	68,61
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	4.345.000,00	1.244.940,98	-3.100.059,02	3,57
Transferências de Capital	13.245.300,00	8.932.304,40	-4.312.995,60	25,61
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	682.900,00	682.896,35	-3,65	1,96
Outras Receitas de Capital	4.400,00	30.749,26	26.349,26	0,09
Total (Receitas Capital)	18.277.600,00	10.890.890,99	-7.386.709,01	31,23
Outras Receitas				
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	100,00	56.127,14	56.027,14	0,16
Saldo da Gerência Anterior	41.000,00	0,00	-41.000,00	0,00
Total (Outras Receitas)	41.100,00	56.127,14	15.027,14	0,16
TOTAL	41.834.500,00	34.874.124,07	-6.960.375,93	100,00

O Orçamento de Receita para o ano de 2010, apresenta um valor cobrado bruto de 34.874.124,07 euros, sendo 23.927.105,94 euros de receitas correntes, 10.890.890,99 euros de receitas de capital e 56.127,14 euros de outras receitas.

Relativamente ao previsto para 2010, ficaram por arrecadar 6.960.375,93 euros, índice de execução inferior ao esperado em 16,64%, ou seja, foram arrecadadas 83,36% das receitas previstas. Este desvio na execução, foi

originado principalmente pela diminuição na cobrança das receitas de capital relativamente ao previsto em 7.386.709,01 euros, resultante, entre outros, da diminuição das transferências de capital e da não concretização da venda de bens de investimento. As receitas correntes (bruta) obtiveram uma execução de 101,75%.

Podemos salientar pela análise do quadro, que os fundos provenientes das transferências (correntes e de capital) são a principal fonte de receita, responsáveis por 56,29% dos fundos do Orçamento Municipal. Também os impostos (directos e indirectos) totalizam 13,73%, assim, são estes dois agregados que sustentam em 70,02% o orçamento de receita. Sendo que estes têm maior expressão ao nível das receitas correntes, naturalmente condicionam a sua estrutura, pelo que o peso das receitas correntes arrecadadas é de 68,61% em relação à receita total e as de capital de 31,23%.

A receita cobrada pela sua tipologia (corrente e capital), no ano em análise, apresenta alguns desvios na sua estrutura em relação a 2009. Assim, as receitas correntes que em 2010 apresentam um peso no orçamento de receita de 68,61%, representavam em 2009, 58,63%. Relativamente às receitas de capital a tendência é inversa, ou seja, em 2010 o valor é de 31,23% enquanto que em 2009 a mesma relação foi de 41,22%.

Nos quadros seguintes de análise comparativa da execução no triénio 2008 – 2010, apresentam-se, por capítulos, os valores das receitas correntes e de capital cobradas.

2.4.1. RECEITAS CORRENTES

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas correntes nos últimos três anos. Relativamente ao ano de 2009, o ano em apreço, apresenta um aumento de 4,93% na cobrança deste tipo de receitas.

QUADRO 5 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2008-2010

Descrição	2008	2009	2010	Evolução no período	
				2008-2009	2009-2010
Receitas Correntes					
Impostos Directos	4.694.357,40	4.399.172,21	4.412.495,33	-6,29%	0,30%
Impostos Indirectos	255.217,48	248.652,42	375.043,55	-2,57%	50,83%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	990.233,04	1.054.632,91	1.007.783,30	6,50%	-4,44%
Rendimentos de Propriedade	2.108.508,05	1.383.957,44	1.711.432,14	-34,36%	23,66%
Transferências Correntes	10.229.270,51	10.690.040,47	10.700.048,24	4,50%	0,09%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.648.614,63	4.986.140,90	5.679.934,75	7,26%	13,91%
Outras Receitas Correntes	48.254,17	41.134,00	40.368,63	-14,76%	-1,86%
Total (Receitas Correntes)	22.974.455,28	22.803.730,35	23.927.105,94	-0,74%	4,93%

Numa análise comparativa da receita cobrada bruta em 2010, que apresenta uma execução de 101,75%, relativamente ao ano anterior, os tipos de *Receitas Correntes* arrecadadas com mais significado:

➤ os *Impostos Directos* com uma execução de 98,88%, ascendem em 2010 a 4.412.495,33 euros, traduzindo um acréscimo na cobrança de 13.323,12 euros relativamente ao ano de 2009. Apresentam-se com maior representatividade o *Imposto Municipal sobre Imóveis* e o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas*

16

de Imóveis (foi incluído neste montante os impostos abolidos da Contribuição Autárquica e Imposto de Sisa) que globalmente atingem os valores de 3.026.995,51 euros e 849.918,50 euros, respectivamente;

➤ os *Impostos Indirectos*, com uma receita cobrada bruta de 375.043,55 euros no ano de 2010, apresentam um acréscimo em valor absoluto de 126.391,13 euros em relação ao ano anterior. Reflectindo uma execução 197,96%. A rubrica de loteamentos e obras representa 95,28% da receita cobrada deste agregado;

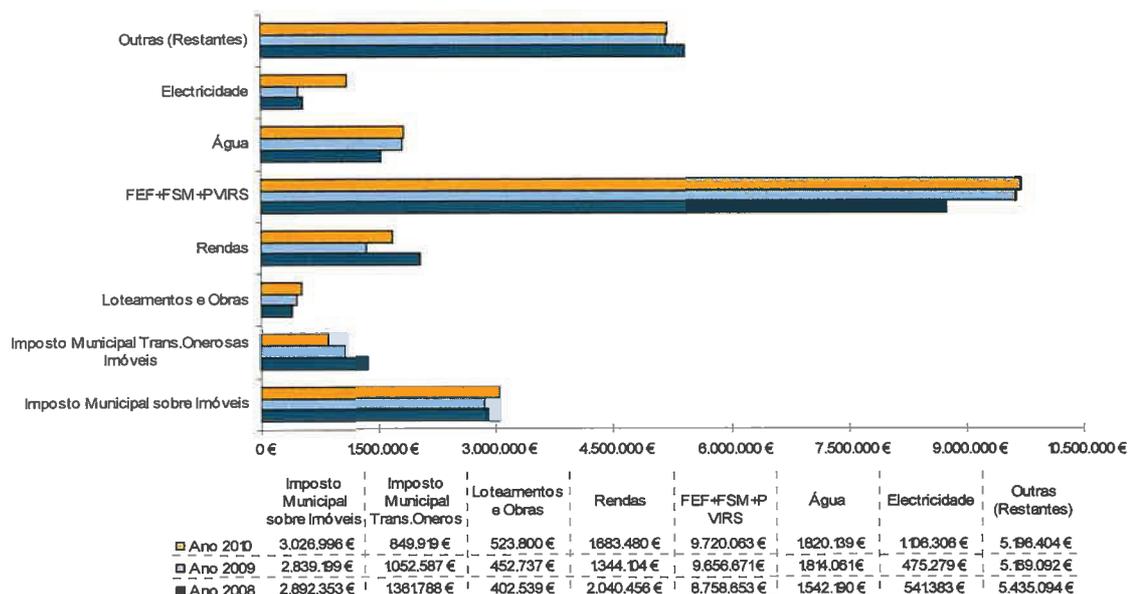
➤ as *Taxas, Multas e Outras Penalidades* com uma taxa de execução de 99,02% em 2010, apresentam uma receita bruta de 1.007.783,30 euros, apresentando em relação ao ano anterior uma diminuição de 46.849,61 euros. As receitas que mais se destacam na sua cobrança (globalmente de 84,94%) são as derivadas das taxas de saneamento, absorvendo 68,42% das receitas cobradas e as de loteamentos e obras que representam 16,52% deste grupo de receitas;

➤ *Rendimentos de Propriedade*, esta receita, proveniente de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, atinge no ano de 2010 o valor de 1.711.432,14 euros, ou seja, mais 23,66% que a cobrada em 2009. A renda de concessão paga trimestralmente pela EDP, sendo responsável por 1.678.812,19 euros, representa 98,09% dos rendimentos de propriedade;

➤ as *Transferências Correntes* registam uma execução de 96,07%, apresentando um incremento relativamente ao ano anterior de 10.007,77 euros;

➤ a *Venda de bens e serviços correntes* perfaz 5.679.934,75 euros, registando em relação ao ano anterior um aumento de 693.793,85 euros. Com maior representatividade merecem destaque a venda de produtos acabados e intermédios: *Água* (1.820.138,77 euros) e *Electricidade* (1.106.305,82 euros); e a prestação de um serviço específico da Autarquia: *Recolha de Resíduos Sólidos* (1.157.588,33 euros). De referir ainda que neste agregado, as receitas provenientes dos *Serviços Desportivos* e de *Parques de Estacionamento*, atingem cobranças na ordem dos 143.921,80 euros e 368.305,96 euros, respectivamente.

GRÁFICO III – Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes



2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL

Como se pode verificar pela análise dos quadros seguintes, o núcleo essencial das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2010 é constituído pelas Transferências de Capital.

As *Receitas de Capital* ascendem a 10.890.890,99 euros, o que relativamente ao ano anterior, traduz uma diminuição de 5.140.952,13 euros. Para esta redução de 32,07% foi determinante a diminuição de 5.233.934,39 euros da rubrica de transferências de capital, nomeadamente com os apoios comunitários.

Através da composição dos valores arrecadados e afectos a receitas de capital por grandes agregados económicos, também observada a partir do quadro seguinte, podemos concluir que os meios de financiamento externo são a fonte quase exclusiva (88,29%) de recursos de capital.

QUADRO 6 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital

Descrição	2008	2009	2010	Evolução no período	
				2008-2009	2009-2010
<i>Receitas de Capital</i>					
Venda de Bens de Investimento	477.536,37	116.485,14	1.244.940,98	-75,61%	968,76%
Transferências de Capital	8.222.133,59	14.166.238,79	8.932.304,40	72,29%	-36,95%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00		
Passivos Financeiros	1.982.300,00	1.500.000,00	682.896,35	-24,33%	-54,47%
Outras Receitas de Capital	112,52	249.119,19	30.749,26	221299,92%	-87,66%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	10.682.082,48	16.031.843,12	10.890.890,99	50,08%	-32,07%

- A *Venda de Bens de Investimento*, registaram em 2010 recebimentos no valor de 1.244.940,98 euros, aumento significativo em relação ao ano anterior cujo valor ascendeu a 116.485,14 euros;
- A rubrica *Transferências de Capital*, comporta na sua constituição as verbas provenientes dos Fundos Municipais e as verbas arrecadadas com os Apoios Comunitários e Contratos-Programa, concedidos ao Município. Apresenta uma diminuição de 36,95% relativamente ao ano de 2009, traduzida em 5.233.934,39 euros;
- Quanto ao capítulo dos *Passivos Financeiros*, o recurso a empréstimos, já mencionados, apresentam a importância de 682.896,35 euros.

O quadro seguinte discrimina os principais projectos de investimento, financiados por apoios comunitários e outros, obtidos em 2010 com o valor de 3.209.715 euros.

QUADRO 7 – Principais Apoios Comunitários e Outros, afectos ao investimento recebidos durante o ano de 2010

<i>Designação do Projecto</i>	<i>Valor da Participação Recebida</i>
Projecto Parque	79.309 €
Reperfilamento da Av. General Humberto Delgado	195.929 €
Espaços públicos da Mãe D'Água	153.531 €
Espaços públicos do Campelo	134.747 €
Espaços públicos da Estação	68.444 €
Circuito de manutenção de Sta. Apolónia	1.150.089 €
Conservação e sinalização da rede viária municipal	656.037 €
Centros Escolares	711.395 €
Centro de Saúde de Sta. Maria	60.234 €
Total	3.209.715 €

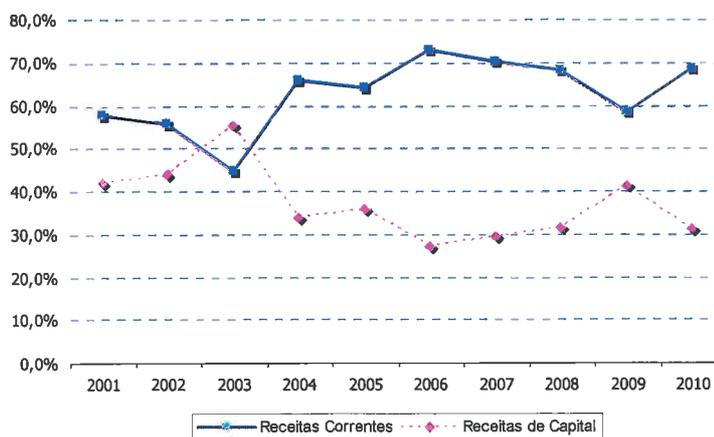
2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O quadro n.º 8 e o gráfico n.º IV permitem visualizar o comportamento de cada componente económica da Receita: correntes e de capital.

QUADRO 8 – Estrutura e Evolução das Receitas Correntes, Capital e Outras em percentagem

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<i>Receitas Correntes</i>	53,9%	57,9%	55,8%	44,7%	65,90%	64,14%	72,85%	70,34%	68,26%	58,63%	68,61%
<i>Receitas de Capital</i>	46,1%	42,1%	44,2%	55,3%	34,00%	35,81%	27,09%	29,63%	31,74%	41,22%	31,23%
<i>Outras Receitas</i>	—	—	—	—	0,10%	0,05%	0,06%	0,03%	0,01%	0,16%	0,16%

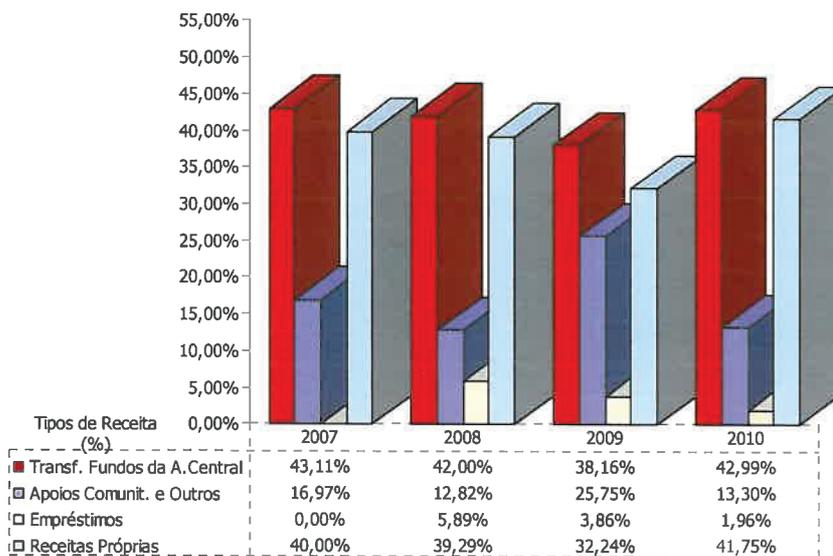
GRÁFICO IV – Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem



QUADRO 9 – Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 2000/2010 por tipo de financiamento

Anos Períodos							un: euros	
	F.E.F	F.S.M	P.V.IRS	LOE	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Receitas Próprias	Total
2000	7.268.308	1.925.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.759.664
2001	8.371.450	1.504.883		890.863	3.739.623	312.961	10.153.306	24.973.085
2002	8.866.189	2.318.217	993.085		5.158.507	2.062.833	8.238.191	27.637.022
2003	9.085.329	2.481.155	1.028.836		10.165.341	3.895.039	10.344.703	37.000.403
2004	9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	497.738	11.243.357	28.963.687
2005	10.753.487	1.618.078	1.090.205		4.322.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006	11.484.514	899.988	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606
2007	11.757.792	491.976	1.212.002		5.299.579	0	12.466.209	31.227.558
2008	12.343.662	491.971	1.299.226		4.316.545	1.982.300	13.224.581	33.658.285
2009	12.962.328	545.965	1.333.309		10.014.677	1.500.000	12.540.114	38.896.394
2010	13.184.282	512.679	1.296.804		4.638.587	682.896	14.558.875	34.874.124

GRÁFICO V – Evolução da estrutura das Receitas – 2007/2010 por tipo de financiamento



Handwritten signatures and initials in blue ink.

2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

A abordagem efectuada à análise da despesa perspectiva-se numa lógica tipificada por tipo de classificação: *económica* – que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, ...); *orgânica* – segundo as unidades orgânicas ou centros de custos) e *funcional* – indicando a afectação das despesas ao tipo de necessidades locais que a Autarquia pretende satisfazer.

2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

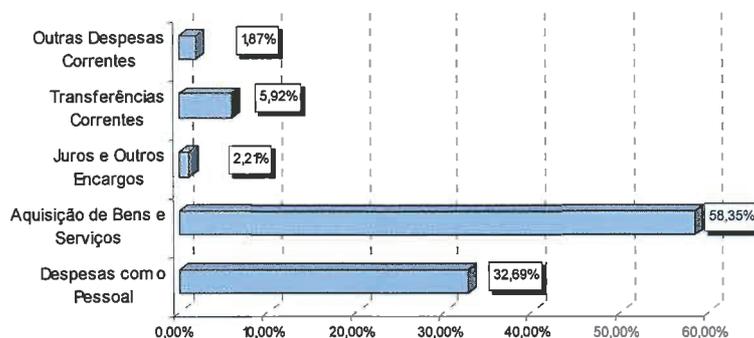
O quadro n.º 10 resume, na óptica da classificação económica, o total da despesa paga no ano de 2010.

QUADRO 10 – Estrutura do Orçamento de Despesa

Descrição	Dotações Finais	Despesa Paga	Desvio	Estrutura Global %	Tx. execução
Despesas Correntes					
Despesas com o Pessoal	7.114.700,00	6.962.159,68	-152.540,32	19,98	97,86%
Aquisição de Bens e Serviços	13.982.470,00	12.427.129,71	-1.555.340,29	35,67	88,88%
Juros e Outros Encargos	247.580,00	246.629,45	-950,55	0,71	99,62%
Transferências Correntes	1.346.000,00	1.261.380,56	-84.619,44	3,62	93,71%
Outras Despesas Correntes	410.050,00	398.471,00	-11.579,00	1,14	97,18%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	23.100.800,00	21.295.770,40	-1.805.029,60	61,12	92,19%
Despesas de Capital					
Aquisição de Bens de Capital	13.623.000,00	9.636.509,23	-3.986.490,77	27,66	70,74%
Transferências de Capital	3.053.500,00	2.031.629,10	-1.021.870,90	5,83	66,53%
Activos Financeiros	374.400,00	374.326,89	-73,11	1,07	99,98%
Passivos Financeiros	1.682.800,00	1.503.341,36	-179.458,64	4,31	89,34%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	18.733.700,00	13.545.806,58	-5.187.893,42	38,88	72,31%
TOTAL	41.834.500,00	34.841.576,98	-6.992.923,02	100,00	83,28%

2.5.1.1. DESPESAS CORRENTES

GRÁFICO VI – Estrutura da execução despesas correntes em percentagem



As despesas correntes pagas totalizaram 21.295.770,40 euros, registando-se um crescimento, em termos absolutos, de 2.129.545,16 euros em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 61,12% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 92,19%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 22.756.019,03 euros pelo que a taxa de comprometimento da despesa neste

agregado, atinge o valor de 98,51%. O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no triénio deste tipo de despesas.

QUADRO 11 – Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2008-2010

Descrição	2008	2009	2010	Evolução no período	
				2008-2009	2009-2010
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	6.739.060,14	6.880.402,41	6.962.159,68	2,10%	1,19%
Aquisição de bens e serviços	11.357.516,89	10.412.860,18	12.427.129,71	-8,32%	19,34%
Juros e outros encargos	437.602,84	364.357,82	246.629,45	-16,74%	-32,31%
Transferências correntes	1.050.323,88	1.201.018,65	1.261.380,56	14,35%	5,03%
Outras despesas correntes	270.846,82	307.586,18	398.471,00	13,56%	29,55%
Total (Despesas Correntes)	19.855.350,57	19.166.225,24	21.295.770,40	-3,47%	11,11%

➤ As **despesas com pessoal**, com uma execução orçamental de 6.962.159,68 euros, correspondem a cerca de 32,69% da despesa corrente executada, registando um acréscimo de 1,19% em relação ao ano de 2009. Relativamente ao total do orçamento de despesa expressam uma representatividade de 19,98% das despesas pagas.

É de salientar os limites gerais impostos às despesas com o pessoal dos Municípios no ano de 2010. Determina o art. 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que as despesas de pessoal obedecem às regras seguintes: o cálculo do limite com as despesas do pessoal tem por base as receitas correntes do ano económico anterior; as despesas a considerar com o pessoal são as que efectivamente se realizaram durante o presente ano económico; as despesas com o pessoal do quadro previstas e orçamentadas para cada ano não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício e as despesas com o pessoal pagas pela rubrica pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos para o pessoal do quadro. Na Lei que estabelece o Orçamento do Estado para 2010, não foi consagrado qualquer limite anual para as despesas de pessoal das autarquias locais.

No ano de 2010 as despesas com o pessoal ascenderam a 6.962.158,68 euros, sendo que deste montante 5.359.758,97 euros são respeitantes a remunerações certas e permanentes. Para o cálculo dos limites com pessoal fixados legalmente, são consideradas as despesas pagas pelo sub agrupamento remunerações certas e permanentes, ignorando-se as despesas pagas aos titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos, bem como as despesas de representação. Assim sendo, as despesas a considerar para o pessoal do quadro e pessoal em qualquer outra situação ascendem a 4.696.928,17 euros e 421.810,05 euros, respectivamente, cujo cálculo se processa da seguinte forma:

Despesas com pessoal		
Descrição	Limite legal	Despesa paga
Pessoal do Quadro	60% das Rec. Correntes do ano anterior 22.803.730,35 € 13.682.238,21 €	4.696.928,17
Pessoal em qualquer outra situação	25% do limite das Despesas com Pessoal dos Quadros 13.682.238,21 € 3.420.559,55 €	421.810,05

Em face deste enquadramento, salienta-se que as despesas de pessoal situam-se relativamente às receitas correntes do ano anterior, dentro dos limites legais representando, respectivamente, 34,33% e 12,33% desses limites legais impostos.

➤ A **aquisição de bens e serviços**, aumentada em 19,34% relativamente ao ano anterior, surge a par das despesas com pessoal, como a rubrica de despesa com maior peso relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 58,35% influenciando as despesas correntes totais no montante de 12.427.129,71 euros. Nesta tipologia de despesas, a aquisição de serviços assume maior relevância abrangendo 87,37% da despesa paga, enquanto que a aquisição de bens se traduz em 12,63%.

Dentro da *aquisição de bens*, em que podemos enquadrar designadamente o material de limpeza e higiene, educação cultura e recreio, material honorífico, entre outros, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com 22,02% da despesa paga.

Ao nível das *prestações de serviços*, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 16,30%; limpeza e higiene com 20,12%, serviços especializados com 14,24% e outros serviços com 23,63%, estas despesas significam no seu conjunto 74,29% da despesa paga com a aquisição de serviços.

Os restantes despesas encontram-se dispersas, entre outras, em: transportes - 8,40%; vigilância e segurança - 3,67%; encargos de cobrança com receitas - 3,18%.

➤ As despesas com **juros e outros encargos** apresentam o valor de 246.629,45 euros, sendo que 199.351,42 euros referem-se a empréstimos de médio e longo prazos. O modelo 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade.

➤ Quanto às restantes rubricas, as **transferências correntes** correspondem a 5,92% das despesas correntes, com o valor absoluto de 1.261.380,56 euros e um aumento de 5,03% comparativamente ao ano 2009. Os seus destinatários encontram-se evidenciados no Mapa de Transferências Correntes – que constam do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas e cuja composição agregada é a seguinte:

- Freguesias, com transferências na ordem dos 132.203,71 euros;
- Associações de Municípios com 123.338,29 euros;
- Instituições Sem Fins Lucrativos com 1.005.838,56 euros.

➤ as **outras despesas correntes** equivalem a 1,87% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.

2.5.1.2. DESPESAS DE CAPITAL

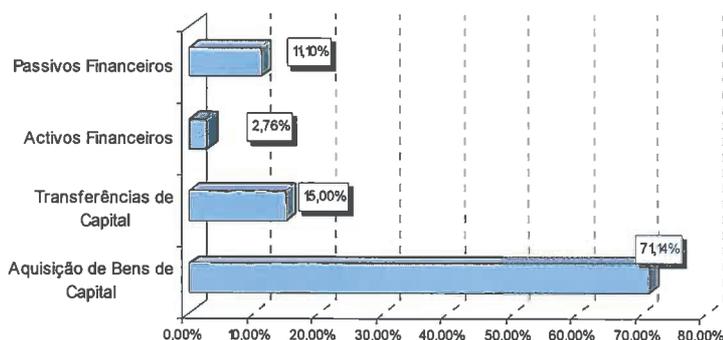
O quadro n.º 12 permite desagregar as despesas de capital, indicando o volume de despesa paga, respectiva estrutura, evolução de cada um dos agrupamentos e a sua taxa de variação em relação ao último triénio.

QUADRO 12 – Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2008-2010

Descrição	2008	2009	2010	Evolução no período	
				2008-2009	2009-2010
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	10.153.434,72	15.015.783,32	9.636.509,23	47,89%	-35,82%
Transferências de capital	2.410.041,14	2.716.596,22	2.031.629,10	12,72%	-25,21%
Activos financeiros	165.000,00	335.000,00	374.326,89	103,03%	11,74%
Passivos financeiros	1.097.944,65	1.625.364,22	1.503.341,36	48,04%	-7,51%
Total (Despesas Capital)	13.826.420,51	19.692.743,76	13.545.806,58	42,43%	-31,21%

Complementando a informação disponibilizada com a do gráfico seguinte, concluímos que as despesas de capital pagas totalizaram 13.545.806,58 euros, registando-se uma diminuição de 31,21% em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 38,88% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 72,31%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 15.994.640,34 euros, pelo que, a taxa de realização da despesa neste agregado, atinge o valor 85,38%.

GRÁFICO VII – Estrutura das despesas de capital em percentagem



➤ Com maior significado no cômputo das despesas de capital destacam-se a **Aquisição de bens de capital**, ou seja, investimento directo do Município, no valor executado de 9.636.509,23 euros, representando 71,14% das mesmas. Relativamente ao ano anterior revelam uma redução de 35,82% em consequência directa da diminuição das receitas de capital.

➤ Em relação às **Transferências de capital**, com uma execução de 2.031.629,10 euros e diminuídas em 25,21% em relação ao ano de 2009, ficam evidenciados no Mapa de Transferências de Capital – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, sendo as entidades beneficiárias:

- 1.564.889,10 euros para as Freguesias;
- 7.200,00 euros para Associações de Municípios;
- Instituições Sem Fins Lucrativos, com 459.540,00 euros.

➤ Os **Activos financeiros** representam 2,76% da componente de capital, apresentando uma execução no valor de 374.326,89 euros. Este valor resulta das *Partes de Capital em Associações de Municípios* aumentadas em 94.326,89 euros através do reforço da participação do município na Associação para o Desenvolvimento Brigantia

Ecopark em 50.000,00 euros e constituição de novas participações na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e Associação para o Desenvolvimento Régia-Douro Park, no valor de 42.326,89 euros e 2.000,00 euros, respectivamente. As *Partes de Capital em Empresas Municipais e Inter Municipais e Empresas Privadas ou Cooperativas*, foram aumentadas no valor respectivamente, de 200.000,00 euros no Mercado Municipal de Bragança, E.M. e 80.000,00 euros na Terra Fria Carnes Lda.

➤ Relativamente aos **Passivos Financeiros**, o seu valor ascende a 1.503.341,36 euros, com uma diminuição de 7,51% em relação ao ano anterior.

QUADRO 13 – Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Activos Financeiros no período 1998-2010

Anos	Total de Despesa Paga	ABI + TC + AF	peso %
1999	22.924.198,00	13.844.774,00	60,39%
2000	22.788.520,00	12.384.304,00	54,34%
2001	24.952.714,00	14.043.056,00	56,28%
2002	27.498.531,00	15.481.813,00	56,30%
2003	36.888.102,00	24.235.163,00	65,70%
2004	28.956.066,33	13.491.108,26	46,59%
2005	30.780.422,10	13.706.577,27	44,53%
2006	27.446.874,57	11.116.012,28	40,50%
2007	31.566.194,08	12.709.337,98	40,26%
2008	33.681.771,08	12.728.475,86	37,79%
2009	38.858.969,00	18.067.379,54	46,49%
2010	34.841.576,98	12.042.465,22	34,56%

Considerando que o investimento directo (aquisição de bens de capital) do Município significa 27,66% do orçamento de despesa municipal, com 9.636.509,23 euros, resulta necessário o conhecimento das suas fontes de financiamento. No quadro seguinte observa-se a existência de distintos pesos relativos no que toca ao rácio investimento/fontes de financiamento no período compreendido entre 2007 e 2010.

QUADRO 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento período 2007/2010

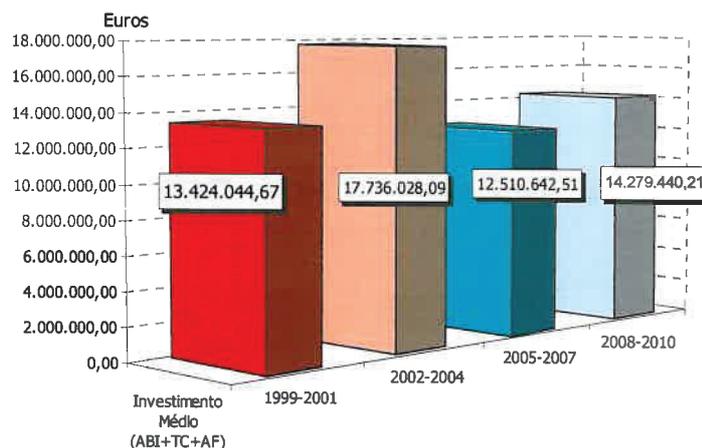
Anos	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento						Taxa cobertura do Investimento		
	Realizado	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação	Empréstimos	Taxa Variação	Financiamento Municipal	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Financiamento Municipal
2006	9.180.359,99		2.122.157,64		0,00		7.058.202,4		23,12%	0,00%	76,88%
2007	10.590.010,34	14,92%	4.168.324,15	96,42%	0,00		6.381.686,2	-9,58%	39,51%	0,00%	60,49%
2008	10.153.434,72	-3,76%	3.284.668,59	-21,20%	1.982.300,00		4.886.466,1	-23,43%	32,35%	19,52%	48,13%
2009	15.015.783,32	47,89%	8.981.307,79	173,43%	1.500.000,00	-24,33%	4.534.475,5	-7,20%	59,81%	9,99%	30,20%
2010	9.636.509,23	-35,82%	3.658.602,40	-59,26%	1.500.000,00	0,00%	4.477.906,8	-1,25%	37,97%	15,57%	46,47%
Total	54.536.097,60		22.215.060,57		4.982.300,00		27.338.737,03				
Média	10.907.219,52		4.443.012,11		996.460,00		5.467.747,41		38,55%	9,02%	52,43%

Pela informação disponibilizada, concluímos que no período em análise, a aquisição de bens de investimento foi suportada na sua maior parte pelo financiamento municipal. Assim sendo e tendo como base de análise o investimento médio anual, o mesmo, teve como fontes de financiamento, e por ordem de importância: financiamento municipal, 52,43%; apoios comunitários e outros, 38,55% e empréstimos 9,02%. No entanto,

considerando individualmente o ano de 2010, os apoios comunitários e outros, obtiveram uma diminuição relevante como fontes de financiamento reflectindo o valor de 37,97%.

Reportando-nos ao Investimento nas componentes do quadro n.º 14, podemos concluir, tal como é bem visível no gráfico seguinte, que foi no período 2002/2004 que se concentrou a maior parcela de investimento realizado entre os anos de 1999 e 2010.

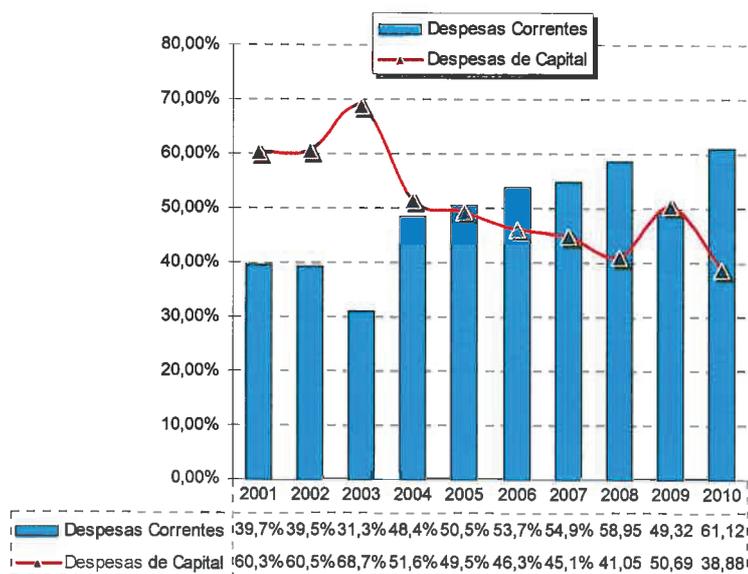
GRÁFICO VIII – Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos



2.5.1.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O Gráfico IX apresenta a evolução das despesas correntes e de capital no último decénio e a sua proporcionalidade no orçamento de despesa municipal.

GRÁFICO IX – Evolução das Despesas Correntes e de Capital – no período 2001-2010



Handwritten signatures and initials:
 mmp
 C. Fernandes
 H. P. P.
 J. P. P.

2.5.1.4. REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DAS DESPESAS

A utilização dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

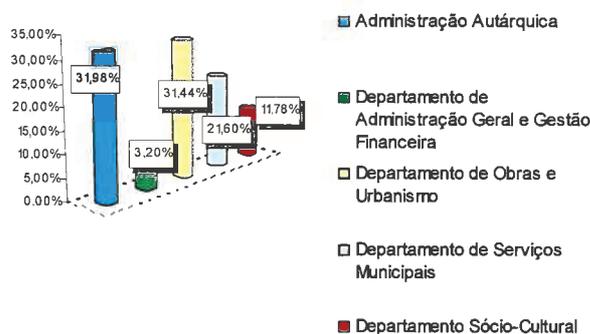
O quadro n.º 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica – evidencia os montantes das dotações corrigidas e os montantes da despesa paga tanto das despesas correntes como das despesas de capital, bem como os coeficientes de realização associados a cada uma.

QUADRO 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica em 2010

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Despesas Totais		
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %
<i>Administração Autárquica</i>									
Assembleia Municipal	88.620 €	87.175 €	98,37	0 €	0 €	--	88.620 €	87.175 €	98,37
Câmara Municipal	6.454.220 €	5.816.956 €	90,13	4.366.100 €	3.115.158 €	71,35	10.820.320 €	8.932.114 €	82,55
Operações Financeiras	247.580 €	246.629 €	99,62	2.057.200 €	1.877.668 €	91,27	2.304.780 €	2.124.298 €	92,17
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>									
Divisão Administrativa	502.160 €	484.963 €	96,58	5.000 €	501 €	10,02	507.160 €	485.464 €	95,72
Divisão Financeira	521.700 €	503.975 €	96,60	5.000 €	878 €	17,57	526.700 €	504.853 €	95,85
Divisão de Informática e Sistemas	128.540 €	125.057 €	97,29	0 €	0 €	--	128.540 €	125.057 €	97,29
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>									
Divisão de Obras	1.010.210 €	921.794 €	91,25	10.571.200 €	7.641.659 €	72,29	11.581.410 €	8.563.454 €	73,94
Divisão de Equipamento	1.436.510 €	1.334.729 €	92,91	375.900 €	279.717 €	74,41	1.812.410 €	1.614.446 €	89,08
Divisão de Urbanismo	576.580 €	567.967 €	98,51	510.400 €	207.191 €	40,59	1.086.980 €	775.157 €	71,31
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>									
Divisão de Saneamento Básico	3.137.830 €	2.869.951 €	91,46	374.000 €	201.808 €	53,96	3.511.830 €	3.071.759 €	87,47
Divisão de Defesa do Ambiente	3.186.070 €	3.117.500 €	97,85	91.200 €	31.704 €	34,76	3.277.270 €	3.149.204 €	96,09
Divisão Transportes e Energia	1.253.150 €	1.190.284 €	94,98	230.700 €	113.729 €	49,30	1.483.850 €	1.304.013 €	87,88
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>									
Divisão Cultural e Turismo	1.670.840 €	1.541.775 €	92,28	40.800 €	26.613 €	65,23	1.711.640 €	1.568.388 €	91,63
Divisão de Educação e Desporto	2.886.790 €	2.487.015 €	86,15	106.200 €	49.181 €	46,31	2.992.990 €	2.536.196 €	84,74
TOTAL	23.100.800 €	21.295.770 €	92,19	18.733.700 €	13.545.807 €	72,31	41.834.500 €	34.841.577 €	83,28

Em síntese, no gráfico X pode observar-se a repartição das despesas totais pelas cinco grandes unidades orgânicas que integram a estrutura organizativa do Município.

GRÁFICO X – Repartição Departamental da Despesa Total em 2010



À **Administração Autárquica**, com um peso de 31,98% na execução da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos decorrentes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo e as transferências de capital.

As despesas associadas ao **Departamento de Obras e Urbanismo** representam 31,44% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia.

Num contexto evolutivo e no período compreendido entre 2007 a 2010, observamos por norma que a distribuição das despesas totais apresentam aproximadamente o mesmo perfil, com a maior fatia da despesa a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, mais especificamente na Divisão de Obras.

Os projectos e actividades realizadas pela unidade orgânica de **OBRAS** atingiram um total de despesa paga de 8.563.453,56 euros. A sua desagregação em termos de projectos executados com maior expressão, são:

Educação

As obras de construção dos Centros Escolares da Sé e de Santa Maria foram iniciadas em 2009 e concluídas em 2010. Cada um destes Centros Escolares é constituído por 12 salas de aula para o 1.º ciclo do ensino básico e 4 salas para pré-primária, biblioteca, refeitório e instalações administrativas.

A escola EB1 de Quintanilha sofreu melhoramentos nas salas de aula e refeitório, com substituição de pavimento, pintura exterior e interior, caixilharia com rotura térmica e vidro duplo, substituição de telha e renovação da rede electrotécnica. Foram construídas novas instalações sanitárias, uma sala polivalente e casa das máquinas para a caldeira de aquecimento central, parque infantil, mobiliário urbano e vedação exterior.

Foram construídas duas salas para jardim de infância e respectivas instalações sanitárias interligadas com a EB1 de Rebordãos. Foi construído um parque de recreio exterior, mobiliário urbano e vedação exterior.

Habitação

Com o intuito de melhor eficiência energética de fogos do bairro social da Mãe d'Água, foram substituídas as caixilharias existentes de 12 fogos por outras em PVC com vidro duplo e estores térmicos, no bloco G, entradas 16 e 17.

As obras de construção da sede da Junta de Freguesia de Outeiro foram iniciadas em 2010 e prevendo-se a sua conclusão em meados de 2011. As obras constam da demolição total do edifício existente e a construção de um outro com garagem, balneários de apoio ao polidesportivo existente, forno tradicional de pão, sala de convívio, bar, cozinhar, instalações sanitárias, sede da junta de freguesia e posto médico. A área de construção é de cerca de 500 m².

Ordenamento do Território

As obras de duplicação da Av.^a General Humberto Delgado e da Rua Luciano Cordeiro, foram iniciadas em 2009 e concluídas em 2010. Foram pavimentados 36.500 m² de arruamentos, 5.000 m² de estacionamento e 18.400 m² de passeios, redes de abastecimento de água, de águas pluviais, de rega, de iluminação pública, de baixa tensão e sinalização vertical e horizontal, mobiliário urbano, passagem desnivelada e tratamento de espaços verdes.

Em 2009 iniciaram-se as obras de construção da ciclovia na envolvente do IPB, prevendo-se a sua conclusão no 2.º trimestre de 2011. A 1.ª fase da ciclovia tem de extensão cerca de 3.000 m, com largura de 2 m. Parte dos passeios existentes foram alargados e substituído o pavimento em betonilha por mini cubo de granito. Em toda a envolvente da ciclovia foram colocadas guardas metálicas e iluminação pública. Foram executadas duas pontes metálicas adjacentes às existentes.

Em 2009 iniciaram-se a pavimentação de diversos passeios na cidade, tendo-se concluído em 2010. Foram pavimentados passeios na quinta da Carvas, na Av.^a do Sabor, na Rua do Seixagal, na Av.^a das Forças Armadas, no cruzamento da Rua Miguel Torga com a Rua D. João IV, no acesso ao C.E.E., na Rua de Vale d'Álvaro, na ligação pedonal entre a Rua Agostinho Lopes Coelho e a Rua Ferreira de Castro, Rua de Vinhais, Rua D. Rodrigues de Castro, Rua António Granjo, Rua António Barros, Rua Sá Vargas, estrada do Turismo e Avenida 22 de Maio, numa área de cerca de 7000 m².

Estabelecimentos Industriais

Em 2008 iniciou-se a construção das infraestruturas da 2.ª fase da Zona Industrial de Mós, tendo-se concluído em 2010. Foram executados redes de abastecimento de água, de águas pluviais, de águas residuais infraestruturas eléctricas, 7.300 m² de pavimentações de arruamento e estacionamento e 4.000 m² de pavimentos em passeios.

Rede Viária e Sinalização

O acesso ao Centro Escolar de Santa Maria foi executado em 2010. O pavimento do arruamento com extensão de 300 m e área de 2.700 m². O pavimento do passeio tem a área de 600 m². Foram executadas sinalização horizontal e vertical, rede subterrânea de baixa tensão, rede subterrânea de iluminação pública, ramais de abastecimento de água, de águas residuais e de águas pluviais.

Em 2009 iniciou-se a repavimentação do CM 1050 de Sortes a Lanção com a extensão de cerca de 5.000 m² e área de pavimento de cerca de 25.500 m². Foi alargada a faixa de rodagem entre o cruzamento da E.N. 15 e Sortes. A obra foi concluída em 2010.

Em 2010 iniciou-se em Guadramil a pavimentação da ligação da E.N. 308 à fronteira com uma extensão de 550 m e área de cerca de 4000 m². Foi pavimentado também o largo da paragem de autocarros com cerca de 700 m².

Em 2009 iniciou-se a empreitada de pavimentação do C.M. 1042 de Nogueira a Castanheira, do acesso ao Cemitério de Mós e a C.M. de Sendas a Fermentãos, tendo-se concluído em 2010. Nesta empreitada foram aplicados cerca de 26.000 m² de pavimento betuminoso, numa extensão de cerca de 5.000 m.

Em 2008 iniciou-se a empreitada de pavimentação da E.M. 502 à E.N. 308 – 3 de Meixedo a Carragosa, numa extensão de cerca de 1 900 m e área de pavimentos de 4.600 m² e de repavimentação da E.M. 502 da E.N. 308 – 3 a Meixedo, numa extensão de cerca de 3000 m e área de pavimentos de 6.800 m², tendo sido concluída a empreitada em 2010.

Em 2009 iniciou-se a empreitada de pavimentação dos arruamentos dos bairros de Vale d'Alvaro, Alto do Sapato, Santa Isabel e ainda de outras ruas. As obras foram concluídas em 2010. Foram pavimentados cerca de 31.000 m² de arruamentos e 1.100 m² de passeios.

Em 2009 iniciaram-se as obras de repavimentação e sinalização dos arruamentos dos Bairros da Estação, do Pisco e Social da Mãe d'Água e ainda sinalização do Bairro da Mãe d'Água. Foram pavimentados cerca de 15.000 m² de arruamentos e sinalizados eixos de arruamentos e estacionamento numa extensão de cerca de 12.000 m² e 1.500 m² de traços de passadeiras.

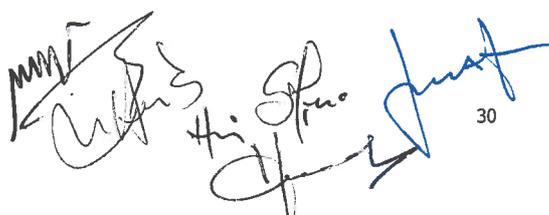
Em 2009 iniciaram-se as obras de repavimentação dos arruamentos do bairro do Rubacar, tendo-se concluído em 2010. Foram pavimentados cerca de 7.500 m² de arruamentos, com sinalização vertical e horizontal.

Os projectos e as actividades realizadas pela unidade orgânica de **SANEAMENTO BÁSICO** atingiram um total de despesa paga de 3.071.758,94 euros.

Sector de Água

Relativamente às actividades desenvolvidas no sector de água, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

- Realização da empreitada de "Reabilitação da rede de adução de água nas localidades de Outeiro e Deilão", para instalação de cerca de 1.500 metros de condutas adutoras e de distribuição;
- "Conclusão das obras de saneamento básico em Calvelhe" com a instalação de 300 metros de condutas de distribuição;
- "Execução de conduta adutora e nova captação de água na localidade do Zeive" com a instalação de cerca de 3.000 metros de condutas adutoras e execução de nova captação para reforço do abastecimento;
- Execução do saneamento nas Quintas de Montezinho com renovação da rede de água", obra em fase final de conclusão, com instalação de cerca de 800 metros de condutas de distribuição e respectivos ramais;



30

- “Substituição de toda a rede de água na Rua Central em Izeda”, obra em fase final de conclusão, para a instalação de cerca de 2.000 metros de condutas, antecipando os trabalhos de pavimentação da referida via;
- “Colocação de contadores no exterior”, para a instalação de 894 caixas de contador em 16 localidades do Concelho;

Foram igualmente elaborados os projectos e processos de abertura de concurso referentes: ao estudo do Plano Estratégico da Rede de Abastecimento de Água; para substituição do reservatório na localidade de Espinhosela, de substituição do reservatório e condutas adutoras na localidade de Martim; para execução das redes de abastecimento de água na localidade da Freixeda; do saneamento e ainda concluída a elaboração do processo para a execução de projectos das redes de abastecimento de água nas localidades de Zeive, Vila Franca, Pereiros, Veigas de Quintanilha e Maças.

Encontra-se aprovada a candidatura ao FEDER - Ciclo Urbano da Água – tendo em vista garantir um apoio financeiro de 1.500.000,00 euros para a “Abertura de concurso de execução das obras de saneamento nas localidades do Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, França, Rabal e Rebordãos.

Foram consignados os serviços referentes ao concurso Público Internacional, com duração prevista de cinco anos, com um valor de adjudicação de 2.101.623,60 euros para o novo contrato de prestação de serviços de exploração, manutenção e conservação dos diversos sistemas de abastecimento de água potável, estação de tratamento de Água, reservatórios da cidade e tratamento de águas residuais do concelho de Bragança.

Tal prestação de serviços, representará um encargo médio anual no valor 420.325,00 euros (acrescido de IVA), o que na prática se traduz numa redução de custos em cerca de 18,5%, relativamente aos actuais encargos com a realização deste mesmos serviços.

Seguindo o estipulado na recomendação ERSAR n.º 2/2010, pela qual a entidade reguladora dos serviços de águas e dos resíduos estabeleceu critérios de cálculo para os tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, encontram-se em fase de análise e estudo os actuais tarifários calculados com base nas regras de cálculo definidas pela entidade reguladora na citada recomendação.

Pretende-se com o mesmo estabelecer preços justos a cobrar pelos serviços prestados, assegurando simultaneamente uma correcta protecção do utilizador final e uma progressiva recuperação dos custos associados, tendo em vista assegurar que as futuras gerações possam também elas usufruir destes serviços em qualidade.

No que diz respeito ao processo de facturação de água na área rural, foi finalizada durante o ano de 2010, a contratualização dos serviços nas localidades de Gondesende, Oleiros, Portela, Alimonde, Carrazedo, Rebordainhos, Pereiros e Calvelhe. Estão em fase de conclusão os processos referentes às localidades de Vilarinho, Terroso e Cova de Lua, na Freguesia de Espinhosela e a Freguesia do Parâmio.

Estas são as únicas localidades em falta no Concelho, sendo que a apenas Vilarinho não dispõe ainda de caixas de contador na entrada das habitações, situação em vias de ser ultrapassada com abertura de procedimento de concurso, entretanto iniciado.

Durante o ano de 2010 foram ainda executadas pelos serviços técnicos 840 intervenções referentes a avarias, denúncias, reparações, falhas de pressão, ligações irregulares, infiltrações e outras situações, todas elas motivo de intervenção por parte dos serviços operativos da Divisão. Destas intervenções compete destacar a ocorrência de 232 rupturas, verificadas na rede pública de água.

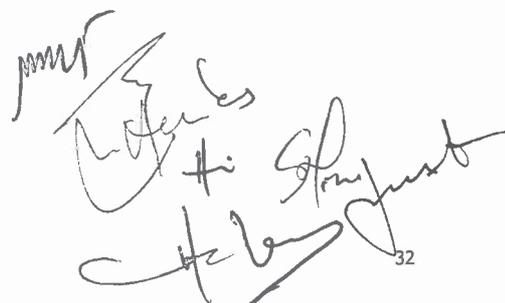
Dos trabalhos concretizados por administração directa no ano de 2010, cumpre destacar:

- Ciclovia: Ampliação da rede de abastecimento de água para fornecimento ao IPB, numa extensão de 150 ml;
- Estrada de Donai (Couto de Limãos): Ampliação da rede de abastecimento de água numa extensão de 350 ml, em tubo PVC PN10 Ø75mm;
- Rua da Nogueira: substituição de um troço de 50 metros de tubo galvanizado de 1" devido a sucessivas rupturas;
- Rua da Terra Fria: Ampliação da rede em 30 metros, para ligação da conduta proveniente do reservatório elevado, ao troço de conduta existente na Rua da Nogueira. O objectivo deste trabalho é o de garantir futuramente melhores pressões na rede de água do Loteamento do Emiclaú, já com problemas de falta de pressão nos pisos mais altos do loteamento;
- Rua Domingos de Castro (junto ao Centro Escolar de St. Maria): Substituição da rede de abastecimento de água, em tubo de polietileno 1.1/4", numa extensão de 40 ml;
- Vale Álvaro: Substituição de acessórios em PVC por acessórios em ferro. Esta intervenção, ainda não concluída, permitirá activar a conduta instalada aquando da execução das obras do túnel na Avenida Sá Carneiro, eliminando assim a conduta de fibrocimento que ainda se encontra em carga. Com esta intervenção far-se-á a ligação entre as condutas de água instaladas na Rua de Vale de Álvaro e nos Loteamentos da Braguinha e Novecentista;
- Zona Industrial das Cantarias (perpendicular à rua José de Saramago): Ampliação da rede de abastecimento de água numa extensão de 60ml;
- Substituição de 1.406 contadores danificados;
- Alimonde: Substituição de um toco de conduta adutora, em 200 metros, danificada na colocação dos rails de protecção na estrada;
- Carrazedo: substituição de um troço de 30 metros de conduta, devido a falta de capacidade da conduta existente;
- Paço de Mós – Reabilitação do reservatório de água que serve a localidade;
- Espinhosela: Em execução a ampliação da rede de abastecimento de água numa extensão de 650ml, para abastecimento do Bairro de Baixo.

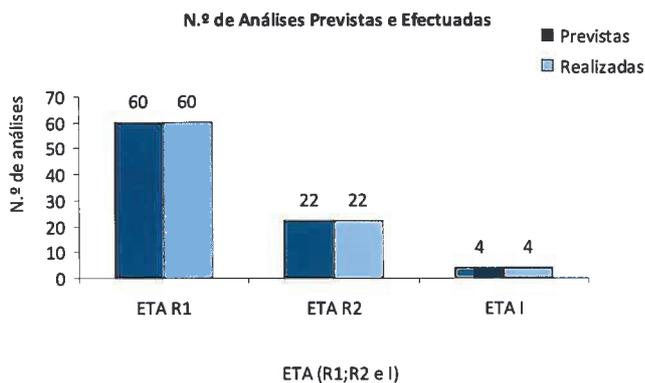
Análise da Qualidade da Água

Sistema de Bragança

No ano de 2010, foram efectuadas, na ETA de Bragança, 60 análises de rotina R1 e 22 rotina R2 e 4 Controlos de Inspeção. Dos 545 parâmetros realizados foram registados 544 resultados conformes e 1 resultado não conforme, ao parâmetro pH.



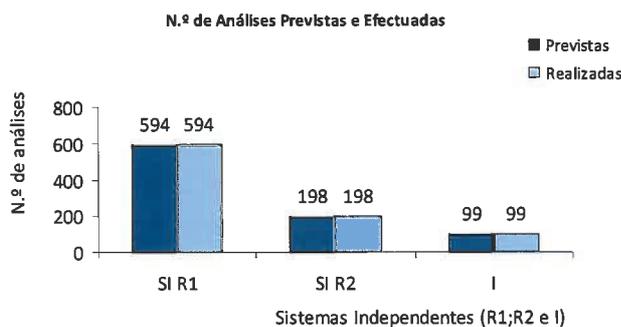
Handwritten signature and initials, likely of the responsible official, located at the bottom right of the page.



Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para a ETA de Bragança

Sistemas Independentes

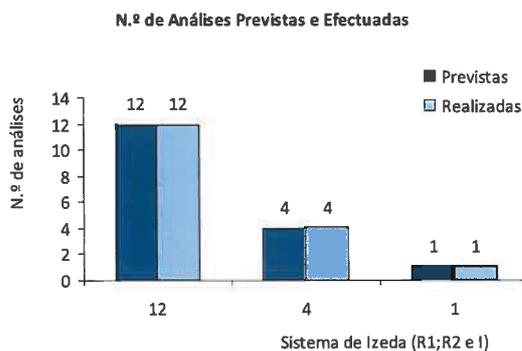
Nos 99 Sistemas Independentes foram efectuadas, no ano de 2010, 594 Controlo de R1, 197 Controlos de R2 e 99 Controlos de Inspeção. Verificaram-se 7.433 parâmetros conformes e 79 parâmetros não conformes, num total de 7.512 parâmetros realizados. Todas as análises previstas no PCQA foram realizadas.



Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise

Sistemas de Izeda

Foram efectuadas 12 Controlos de R1, 4 Controlo de R2 e 1 Controlo de Inspeção. Todos os 88 parâmetros analisados apresentaram valores conformes.



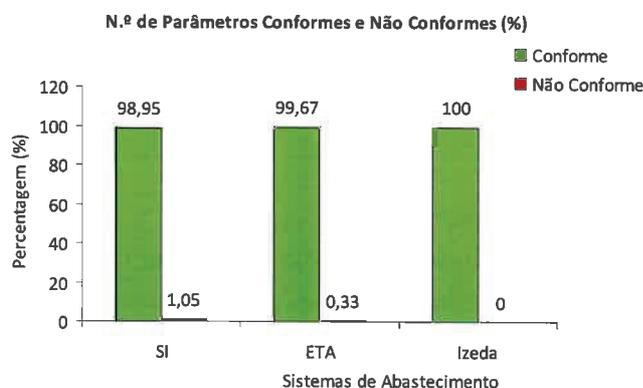
Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise

Conclusões

Durante o ano de 2010, foram fornecidos um total de 2.594.308 m³ de água tratada, dos quais foram contabilizados (facturados e autorizados) 2.061.819 m³, o que equivale a uma percentagem de água medida de aproximadamente 74,5%.

No que se refere à água fornecida para consumo público, destaca-se que foram analisados, conforme Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela Entidade Reguladora, um total de 8.145 parâmetros legais, o que representa um nível de conformidade de 99,5%. Este indicador, reflecte consistência ao nível da qualidade, sustentada em idênticos valores conseguidos nos últimos anos.

Nas figuras seguintes estão indicados, para cada sistema de abastecimento, os parâmetros conformes e não conformes, tanto em termos de nº de parâmetros como em percentagem (%).



N.º de parâmetros conformes e não conformes, em percentagem (%), registados nos Sistemas Independentes, ETA de Bragança e Sistema de Izeda.

Sector de Saneamento

Relativamente às actividades desenvolvidas pela Divisão de Saneamento Básico, no sector de saneamento, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

- "Conclusão das obras de saneamento em Calvelhe" com instalação de cerca de 1.400 metros de colectores;
- Execução do saneamento nas Quintas de Montezinho com renovação da rede de água", obra em fase final de conclusão, com instalação de cerca de 800 metros de colectores e respectivos ramais;
- "Execução das redes de saneamento básico ao longo da EN 308, designadamente nas localidades de Fontes de Transbaceiro e do Parâmio". Esta intervenção teve como objectivo antecipar as obras de pavimentação na EN 308.

Foram igualmente elaborados os projectos e processos de abertura de concurso referentes: para execução das redes de drenagem e tratamento das águas residuais na localidade da Freixeda; para as ruas João Fernandes, Ana Garcia e ainda para o Bairro de S. Lourenço; dos projectos de saneamento nas localidades de Vilarinho, Faílde, Fontes Transbaceiro e Cova de Lua; do prolongamento em cerca de 500 metros do colector de descarga na localidade de Vila Meã e ainda concluída a elaboração do processo para a execução de projectos das redes de

[Assinaturas manuscritas]

drenagem e tratamento das águas residuais nas localidades de Zeive, Vila Franca, Pereiros, Veigas de Quintanilha e Maças.

Dos trabalhos concretizados por administração directa, no ano de 2010, cumpre destacar:

- Execução de 365 trabalhos de desobstrução em colectores e 246 limpezas de fossas;
- Bairro do Campelo: Execução de um colector de saneamento, dado que o existente estava colmatado com raízes, numa extensão de 20 ml. Este problema agora resolvido, estava a provocar problemas de inundações nas várias garagens dos prédios, uma vez não estarem garantidas as normais condições de drenagem do espaço público envolvente;
- Av. da Dinastia: Ampliação da rede de saneamento em tubo corrogado SN8 Ø250mm, numa extensão de 70ml, executado pelo passeio, para garantir a ligação das infra-estruturas de drenagem da obra da ASCUDT;
- Foi realizada uma desinfestação nos colectores públicos dos Bairros da Mãe D'Água e Coxa.

A unidade orgânica **DEFESA DO AMBIENTE**, com uma despesa paga de 3.149.204,47 euros, realizou projectos e actividades no âmbito de:

Sector de Espaços Verdes e Cemitérios

No Sector de Espaços Verdes, foram realizadas um conjunto de actividades que contribuíram para a melhoria dos espaços verdes e da imagem de Bragança. Foram ainda implementadas diversas acções de disseminação de informação relacionada com os espaços verdes e que contribui para um maior conhecimento e sensibilização dos munícipes.

Bragança considera o ambiente urbano, a conservação e gestão do património natural e paisagístico, factores fundamentais na estratégia de desenvolvimento sustentável concelhio. A importância dos espaços verdes no meio urbano como elementos essenciais na qualidade de vida, levou o Município a apostar decisivamente no incremento de espaços verdes, passando de uma área de 28.653 m² em 1998, para 25.0839 m² em 2010, valor que permite proporcionar 11 m²/hab. de espaço verde. Este valor está acima do preconizado pela Organização Mundial de Saúde e próximo do valor definido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Com a edição em 2010 do Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes pretende-se apoiar os cidadãos na construção de espaços verdes sustentáveis de qualidade, adequados ao clima e com redução no consumo de água, assim como disponibilizar informação de apoio na construção e manutenção dos espaços verdes sob responsabilidade do Município, tendo sido editados 1000 exemplares.



Na requalificação de espaços verdes, foram instalados sistemas de rega automática, semeada relva e plantadas árvores e arbustos, contribuindo decisivamente para a melhoria dos espaços envolventes às habitações e imagem da cidade (i.e. Jardins da Rica Fé, Jardins das Traseiras da Braguinha, Separador do NERBA e Pracetas do Bairro do Sol). Os trabalhos de requalificação abrangeram uma área de 8.550m².

A Divisão de Defesa do Ambiente preparou e lançou a Concurso Público Internacional a aquisição de serviços para Manutenção e Tratamento da Zona de Intervenção Polis, Rotunda, Canteiros e Separadores da Avenida das Cantarias e Avenida de Sá Carneiro, Canteiros do Viaduto, Jardim da Alameda de Santa Apolónia, Parque Eixo Atlântico, Zona Envolvente à Sé Catedral, Espaços Verdes da Estação Rodoviária e Instalações Sanitárias da Avenida João da Cruz e Jardim António José D'Almeida. Os trabalhos a contratualizar abrangem uma área estimada de 365.000m².

A Divisão de Defesa do Ambiente preparou e lançou a Concurso Público a aquisição de serviços de manutenção e conservação dos Espaços Verdes da Rotunda e Avenida do Sabor, Zona da Braguinha e Rica Fé, Rotunda e Canteiros do Modelo, Rotunda e Canteiros do Mercado Municipal, Bairro Social da Mãe D'Água, Bairro Social da Coxa e canteiros, separador e taludes da Av. Cidade de Léon. Os trabalhos a contratualizar abrangem uma área estimada de 70.000m².

O estudo de avaliação da satisfação dos utilizadores dos espaços públicos identificou como área prioritária de intervenção para potenciar a utilização e desfrute dos espaços verdes, a instalação de módulos (painéis) de informação sobre os espaços verdes, identificando equipamentos, percursos pedonais, espécies existentes, etc. A disponibilização desta informação aos munícipes contribui para um aumento do sentimento de segurança, do conhecimento dos espaços e sensibilização para a sua preservação. Durante o ano 2010 foram instalados 7 módulos informativos em espaços verdes.

Sector de Manutenção Urbana

No âmbito do Sector de Manutenção Urbana, foram realizadas um conjunto de actividades que contribuirão para a melhoria da segurança rodoviária, encaminhamento de munícipes e diversificação dos equipamentos de lazer em espaço verde. Em relação aos resíduos sólidos urbanos, foram adoptadas um conjunto de iniciativas que permitiram aumentar o volume de recolha selectiva e diminuição do volume de recolha indiferenciada.

[Handwritten signatures and initials]

O Sector de Manutenção Urbana tem procedido anualmente ao reavivamento das sinalizações horizontais e à marcação de novas sinalizações horizontais (pinturas rodoviárias). De salientar que o Sector procedeu ainda ao reavivamento dos lancis delimitadores de rotundas e triângulos, melhorando a segurança rodoviária e a imagem de urbanidade.



Em 2010, devido a acções de vandalismo e acidentes viários, foram recolocados 89 sinais verticais. No mesmo período, foram colocados 76 novos sinais de trânsito, cumprindo as directrizes emanadas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Bragança.

Tendo em vista a organização e controle do estacionamento abusivo em passeios da cidade de Bragança e resolução de situações de acidentes viários, foram colocados e recolocados 74 pilaretes na cidade.

Foi instalada sinalização de aproximação a Escolas mais eficiente e visível, melhorando as condições de segurança dos peões e estudantes. Esta acção é complementada anualmente com o reavivamento das respectivas passadeiras.

O rebaixamento de passeios junto a passadeiras tem sido uma iniciativa permanente, iniciada na Semana Europeia da Mobilidade em 2007 e que, até ao final de 2010, já abrangiu mais de 300 rebaixamentos na cidade de Bragança, contribuindo para uma melhoria significativa na acessibilidade e mobilidade urbana. Durante o ano 2010 foram efectuados 65 rebaixamentos.



Foram colocados 12 sinais de início e fim de localidade, delimitando a velocidade máxima dentro da cidade a 50 km/h. Esta iniciativa vem responder a uma obrigatoriedade legal, tendo sido articulada com a Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

No âmbito dos equipamentos urbanos, foram instalados novos equipamentos lúdicos (parques infantis) e realizados diversos trabalhos de requalificação em parques infantis existentes, nomeadamente:

- Novos Equipamentos: Braguinha e Brasileira.
- Requalificação: Brasileira, Coxa, Estação Rodoviária.



Os trabalhos realizados contribuíram para o aumento da oferta de espaços recreativos, um aumento da utilização dos espaços e melhoria das condições de segurança na utilização.

Sector de Ambiente e Higiene Pública

No âmbito do Sector de Ambiente e Higiene Pública, foram realizadas um conjunto de actividades que contribuíram para a melhoria da higiene e salubridade pública, bem como para uma maior sensibilização e consciencialização da população para a sustentabilidade concelhia.

Em 2008 a Divisão de Defesa do Ambiente iniciou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, deixando de realizar apenas o Dia Europeu Sem Carros. Assim, de 16 a 22 de Setembro de todos os anos, têm-se realizado um conjunto de actividades que promovem a sustentabilidade urbana e a adopção de formas de mobilidade mais amigas do ambiente.

O Município de Bragança recebeu, pelo quarto ano consecutivo em 2010, a Bandeira Verde - ECOXXI. O ECOXXI é um projecto, coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa, que visa distinguir as boas práticas no sentido da sustentabilidade, desenvolvidas a nível local, nomeadamente nos aspectos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objectivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura sustentável, emprego, etc..

A Divisão de Defesa do Ambiente tem apoiado a iniciativa Eco Escolas, prestando todo o apoio técnico e logístico necessário às escolas que integram a iniciativa. Têm-se verificado um incremento das escolas participantes, tendo no ano 2010 sido galardoadas 3 escolas do Concelho de Bragança com a Bandeira Verde.

A Câmara Municipal de Bragança procedeu à execução de patamares na Feira Municipal, melhorando significativamente a organização espacial e funcionamento. Foi ainda aplicado betuminoso nas artérias da Feira Municipal, criando condições óptimas para a circulação pedonal no espaço da Feira Municipal.

mm
Luís Alves
Hi
Stone
Just

Com a execução dos patamares, foi efectuada a delimitação com tinta e feita a marcação do número de lote, acompanhada de uma reorganização espacial dos lotes e fornecedores, criando continuidade nos produtos em venda e melhorando a organização dos lotes e feirantes.

Em 2010 procedeu-se à captura de 128 canídeos errantes, tendo-se procedido ao abate sanitário de 121 canídeos.

O Canil Intermunicipal dos concelhos de Bragança, Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso, localizado em Vimioso, foi inaugurado em Novembro.

O canil tem dez celas para albergar os animais e mais três para quarentenas.

Além de cães, tem condições também para gatos e outros animais que tenham de ser recolhidos temporariamente até aparecer dono, como gado de grande porte.



O equipamento tem ainda hotel para cães e gatos com 13 celas disponíveis para os donos poderem deixar os seus animais de estimação, nomeadamente durante os seus períodos de férias.

Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal procedeu à elaboração e proposta de aprovação do Plano Operacional Municipal, tendo o mesmo sido aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este Plano tem como objectivo a operacionalização de todo o dispositivo de defesa da floresta contra incêndios, assumindo-se, também, como um auxílio de relevo no planeamento do combate aos incêndios florestais. Para isso, neste Plano estão definidos os meios humanos, técnicos e materiais que serão utilizados nas operações de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, existentes no Município de Bragança. Desta forma, pretende-se garantir uma intervenção imediata em incêndios nascentes, assim como limitar o seu desenvolvimento. Paralelamente, o Plano procura manter sempre, no concelho, capacidade operacional de primeira intervenção, mesmo quando exista um incêndio de grandes dimensões. Para que todos estes objectivos sejam possíveis de concretizar, o Plano Operacional garante a actuação coordenada entre todos os agentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em todas as situações.

No âmbito do Gabinete Técnico Florestal, foi elaborado e é anualmente revisto o Plano Operacional Municipal, realizando um conjunto de actividades que têm contribuído para a defesa da floresta contra incêndios.

No âmbito das actividades da Comissão Municipal de Florestal Contra – Incêndios (CMDFCI), foi distribuído via correio a todos os municípios do Concelho Bragança, um folheto informativo sobre as obrigações e cuidados a ter em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No âmbito das actividades da CMDFCI e dando continuidade às acções de sensibilização/informação, foi renovada a imagem nos painéis (3) colocados em locais estratégicos do Concelho visando alertar a população em geral para a importância da acção individual na protecção da floresta.

No ano 2010 o número de ignições diminuiu significativamente, sendo verificadas 51 ignições. Esta diminuição do número de ignições, traduziu-se igualmente na redução significativa de área ardida no concelho de Bragança, que foi de 30,23ha.

Procedeu-se à realização de queimadas na freguesia de Milhão (Quintas do Vilar), Carragosa (Soutelo), Espinhosela (Cova de Lua) no âmbito do programa de realização de queimadas (CMDFCI) com a colaboração da Bombeiros Voluntários de Bragança, AFN, GIPS-GNR, Sapadores Florestais de Montezinho e CMB, no sentido de dar resposta aos munícipes que pretendem fazer o uso do fogo de uma forma adequada.



O Gabinete Técnico Florestal procedeu ao planeamento e acompanhamento dos trabalhos de corte de vegetação em todas as áreas de cedência municipal, numa área estimada de 95 hectares, minimizando as reclamações relacionadas com a gestão de combustível.

A unidade orgânica de **TRANSPORTES E ENERGIA**, com uma despesa paga de 1.304.012,51 euros, realizou projectos e actividades no âmbito de:

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 17 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 48 lugares, sendo que a idade média da frota é de 10,1 anos. Doze autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto temos alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro. A caracterização da frota é:

Caracterização da Frota do STUB

Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	Anos em
			Dez-10
Mercedes	22	Dez-08	2,1
Mercedes	22	Dez-08	2,1
Mercedes	22	Dez-08	2,1
Gulliver	20	Abr-05	5,8
Gulliver	20	Abr-05	5,8
Gulliver	20	Abr-05	5,8
M.A.N.	40	Abr-03	7,8
M.A.N.	40	Abr-03	7,8
M.A.N.	40	Abr-03	7,8
M.A.N.	40	Abr-03	7,7
M.A.N.	47	Ago-00	10,4
M.A.N.	47	Ago-00	10,4
Volvo B6	66	Jan-98	13,0
Volvo B6	66	Mai-96	14,7
Volvo B10	100	Jul-88	22,5
Volvo B10	100	Fev-88	22,9
Volvo B10	100	Fev-88	22,9
Média =	48	Idade Média =	10,1

Com a entrada em funcionamento de novos equipamentos (Centro de Saúde de Santa Maria e Centros Escolares), foram reorganizados os percursos e horários, no sentido de servir melhor os alunos e utentes.

No ano de 2010, o STUB efectuou 478.890 quilómetros e transportou cerca de 286.391 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

Em 2010, o STUB comemorou os 25 anos de existência. Neste contexto, foram levadas a cabo várias iniciativas, das quais a publicação de uma brochura alusiva aos primeiros 25 anos do serviço do STUB. Também se realizou, em Bragança, o encontro nacional dos trabalhadores dos transportes urbanos, bem como, o workshop subordinado ao tema "Transporte Público de Passageiros em Territórios de Baixa Densidade – Que Futuro?". Neste último evento, foram apresentados vários modelos internacionais de transportes baseados na integração dos vários tipos de utentes (escolares e geral) e da modalidade do transporte a pedido. Tais modelos poderão eventualmente ser transpostos à nossa realidade, devendo existir para o efeito um estudo de pormenor e uma evolução da legislação nacional.



Foi ainda disponibilizada no site do STUB (www.stub.com.pt) a aplicação **StubMobile** que permitirá descarregar, para os telemóveis dos utentes, os horários do STUB em formato digital. A aplicação permite a qualquer momento saber quantos minutos faltam para determinado autocarro, calcula o horário mais próximo em determinada paragem. O seu uso não acarreta quaisquer custos ao utilizador, uma vez que a informação necessária se encontra armazenada no interior da aplicação.

Para maior comodidade dos utentes, serão colocados, no primeiro trimestre de 2011, mais 8 abrigos na zona urbana.

Serviço de Transportes de Turismo

A frota afectada ao serviço de transporte de turismo é composta por dois autocarros, com uma capacidade média de 40 lugares, sendo a idade média da frota de 11,5 anos.

FROTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TURISMO			
Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	Anos em Nov/2010
VOLVO	51	Jan-98	12,8
M.A.N.	28	Jul-00	10,3
Média =	40	Idade Média =	11,5

No ano de 2010, o serviço de transporte de turismo efectuou 227 viagens, transportou 8.510 passageiros percorrendo 75.500 Quilómetros. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efectuou transporte diário de alunos do 1.º ciclo para as actividades extra curriculares.

Os dois veículos estão licenciados para o transporte de crianças em conformidade com a Lei n.º 13/2006 e foram ainda formados 4 motoristas na área do transporte colectivo de crianças.

Maquinaria e Equipamento diverso

A renegociação dos contratos de fornecimento de telecomunicações com os operadores efectuados em 2007 e implementação de um modelo de gestão baseado na disponibilização para cada utilizador dos seus gastos mensais, permitiu inverter a tendência da evolução crescente da facturação com as telecomunicações.

A mudança de operador de comunicações móveis ocorrida em Agosto de 2010, no decorrer de um procedimento de concurso público, irá permitir uma poupança com a factura com os telemóveis em cerca 20 % para 2010 e de 25 % nos anos subsequentes.

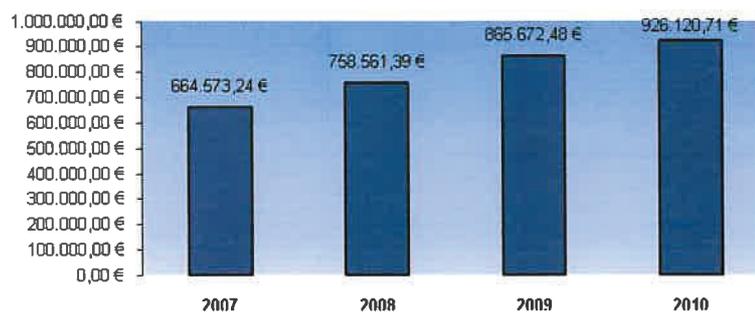
Iluminação Pública

Continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção directa do Município ou em colaboração com outras entidades, nomeadamente a EDP, destacando-se a melhoria e reestruturação da rede com instalação de novos postos transformação nas aldeias de Fontes Transbaceiro e Faílde.

Intervindo na iluminação da cidade, de forma sustentada, remodelando redes ou substituindo luminárias a par da requalificação urbana. Sendo que, no ano de 2010 foram instalados 39 novos pontos de luz.

Efectuou-se uma Candidatura ao QREN, no âmbito da Associação de Municípios da Terra Fria Nordeste Transmontano: "Redução da factura energética na rede de iluminação pública – instalação de reguladores de fluxo luminoso", no valor de 500.000€ para a instalação de 50 equipamentos em Postos de transformação da aérea urbana que permitirá uma redução, de cerca de 30%, da facturação de iluminação pública.

Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública (2007/2010)



Energia

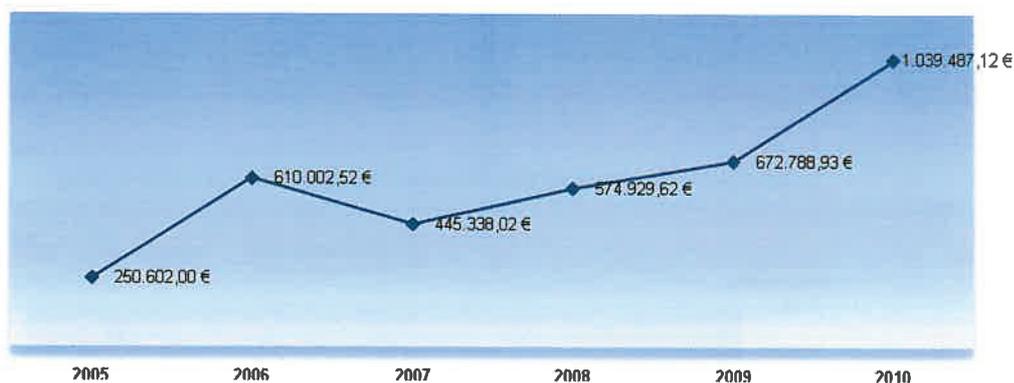
Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foram instaladas 4 unidades de microprodução com fonte de energia solar em outros tantos edifícios municipais, que, no ano de 2010, produziram 619.156 kWh, o que corresponde a uma facturação de 13.738,50€ (sem IVA), contribuindo para uma redução na emissão de CO2 em 3,91 Toneladas.

Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, será executado, no primeiro trimestre de 2011, o "Plano de Acção para a Eficiência Energética do Município de Bragança". Este documento definirá as possíveis acções a desenvolver pelo município nas áreas das energias renováveis e na eficiência energética, com indicação das prioridades.

Iniciou-se no ano de 2010, uma campanha progressiva de substituição dos semáforos convencionais existentes na cidade por semáforos com tecnologia a Leds. O horizonte da reconversão total dos semáforos da cidade para esta nova tecnologia é o ano de 2012.

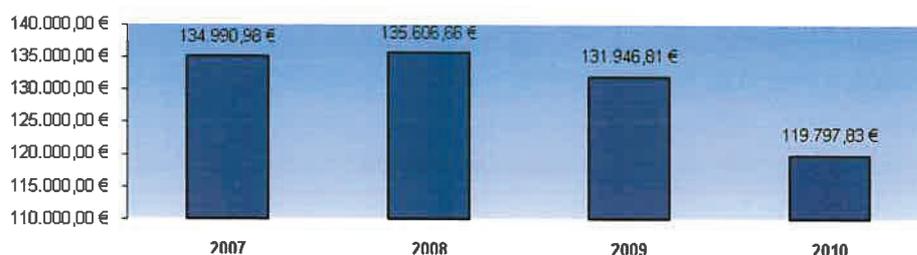
No ano de 2009, foi executado uma intervenção de fundo na manutenção dos sistemas mecânicos das centrais de Gimonde, Montezinho e Prado-Novo. No ano de 2010, foram intervencionados em fábrica, os alternadores das centrais de Montezinho e Prado-Novo. Tais intervenções fazem parte do plano inicial de manutenção preventiva. A produção de energia verificada nas centrais hidroeléctrica para o ano de 2010 foi de 11.919.155 kWh, o que corresponde a uma facturação de 1.039.576,93€ (sem IVA), contribuindo para uma redução na emissão de CO2 em 3.030 Toneladas.

Evolução da Produção das Centrais Hidroeléctricas (2005/2010)



Verifica-se uma diminuição acentuada da despesa energética com as bombas de água, resultante da instalação de mecanismos automáticos de controlo e gestão dos níveis de água em 12 depósitos de outras tantas aldeias do concelho.

Evolução dos custos das Bombas de Água (2007/2010)



Foi elaborado o Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, no âmbito do qual, se iniciou o processo de instalação de 8 postos de carregamento lento na cidade, tendo em vista a promoção do uso do veículo eléctrico. Este projecto engloba 25 cidades no País e tem apoio do Gabinete de Apoio à Mobilidade Eléctrica do Ministério da Economia e Inovação.

Estacionamento

Quanto ao estacionamento de veículos ligeiros, problema importante na parte antiga da cidade, foi nos tempos recentes encarado o processo com uma perspectiva de futuro, adoptando soluções estruturantes e com dimensão, recorrendo a soluções de construção de parques de estacionamento subterrâneo (parque da Praça Camões, parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, parque do Mercado Municipal) e de superfície (parque do Cemitério de Santo Condestável, parque junto às piscinas municipais, parque da Catedral, parque do Castelo –

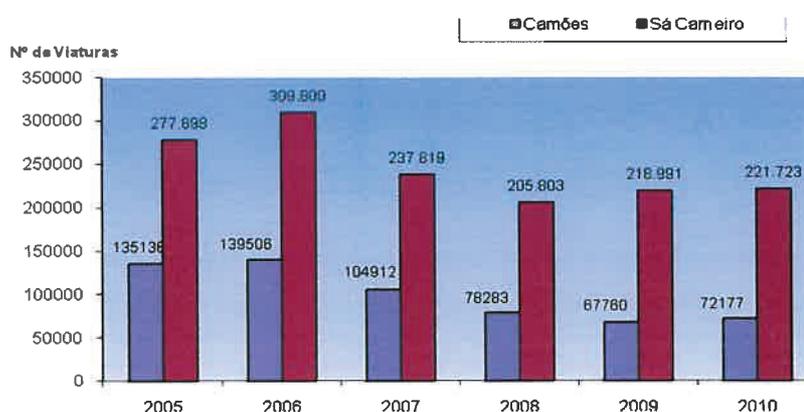
Assinatura
44

Mata S. Sebastião), num total de 1.500 lugares, medidas estruturantes e que conjuntamente com os lugares de estacionamento asseverados nas novas vias construídas asseguram para as próximas décadas boas condições de estacionamento na cidade.

A nível financeiro, é de salientar que, para o ano de 2008, verificou-se uma redução das receitas nos parques de estacionamento subterrâneos devido ao facto de se verificar uma transferência do estacionamento habitualmente feito nos parques subterrâneos para o estacionamento de superfície. Esta ocorrência deve-se facto que se ter iniciado em Janeiro de 2008, a exploração efectiva das zonas de estacionamento condicionado no centro da cidade, com fiscalização a cargo da PSP, o que permitiu introduzir uma maior rotatividade no estacionamento de superfície, melhorando o acesso ao comércio tradicional. Tem-se verificado nos últimos 2 anos, uma recuperação na cobrança de receitas com os parques subterrâneos (+ 7,1 % no ano de 2010 em relação a 2009).

Em relação ao estacionamento condicionado, verificou-se uma evolução positiva das receitas entre 2008 e 2010.

Evolução da procura nos Parques Subterrâneos (2005-2010)



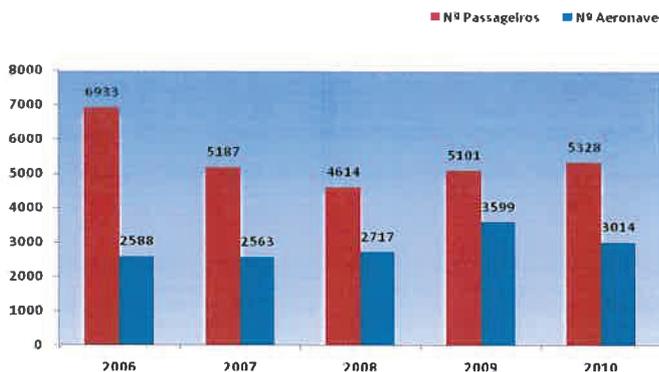
Transportes Aéreos

Foi instalado, no monte de Abrans em Samil, o radar de apoio à navegação aérea através de VOR/DME, conforme orientação da VAV – Portugal E.R.E., de modo a garantir cobertura no interior norte do país. Estando em fase final de aprovação, o procedimento de descida por instrumentos correspondente.

Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projecto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320 sendo a primeira fase a realização dos Projecto de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2.300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades.

O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela recente certificação, pelo INAC, de vários serviços prestados por aquela infra-estrutura, nomeadamente, os serviços de informação aeronáutica (AFIS) e prestação de rádio ajudas.

Aeródromo Municipal - Evolução no n.º de Passageiros e Aeronaves (2006/2010)



O tráfego verificado no aeródromo no ano de 2010, foi de 3.014 movimentos de aeronaves e 5.328 embarques ou desembarques de passageiros.

O departamento **SOCIOCULTURAL**, com um total de despesa paga de 4.104.583,83 euros, subdivide as suas actividades e projectos realizados durante o ano de 2010 no âmbito da componente do **Sector de Habitação e Acção Social**, da unidade orgânica **CULTURAL E TURISMO** (a qual representa uma despesa paga de 1.568.387,50 euros) e da unidade orgânica **DE EDUCAÇÃO E DESPORTO** (com despesa paga que ascende a 2.536.196,34 euros).

Sector de Habitação e Acção Social

Durante o ano de 2010 realizaram-se 472 atendimentos sociais, para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas, e 240 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença do Município de Bragança.

Foram concedidos apoios financeiros a 7 freguesias para melhorias habitacionais de agregados carenciados, num total de 13 famílias, representando um investimento de 28.450,00 euros. Estes apoios decorrem do pressuposto de existirem grupos de risco de exclusão social, tais como pessoas em situação de doença, velhice, disfunção/desestruturção familiar, dependências, isolamento, desemprego de longa duração, monoparentalidade, entre outros, que torna imperioso oferecer e reforçar a política social destinada a apoiar pelos meios adequados os agregados familiares com carências habitacionais.

De referir ainda que foi efectuada a recuperação de 6 imóveis nos bairros sociais municipais para realojamento de 5 agregados familiares e transferência de outro, para além do fornecimento de materiais para beneficiação de imóveis em várias freguesias do concelho.

Este ano foi elaborado pelo SHAS e aprovado na 15.ª Sessão Plenária da Rede Social de Bragança o PDS – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Bragança 2010-2012.

Foi organizada a 6.ª edição do "Encontro de Imigrantes" do concelho de Bragança tendo participado 180 pessoas de 15 nacionalidades e a 7.ª edição do "Encontro de Idosos" com a participação de cerca de 2000 pessoas.

46

CULTURAL E TURISMO

Sector de Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea

No Núcleo de Exposições Temporárias foram realizadas 4 exposições durante o ano de 2010: "Read my Lips", de Luís Melo, "The Great Hondini", de João Louro, "Uma Antologia", de Júlio Pomar e "Sem Título", de Santiago Ydáñez.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais estiveram patentes duas exposições: "Procissão" e "Retratos e Auto-Retratos".

Durante o ano de 2010 visitaram o espaço 13.018 pessoas e foram realizadas 142 visitas guiadas e visitas/jogo, solicitadas por escolas e instituições.

Nos dias 9 e 10 de Outubro realizou-se a segunda viagem cultural organizada pela Câmara Municipal de Bragança, no âmbito do plano anual de actividades do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, que contou com 50 participantes. Esta viagem teve como destino o Museu Guggenheim de Bilbao (Espanha) e compreendeu, também, uma visita ao MUSAC – Museu de Arte Contemporânea de Castilla y León, à Catedral de León e à Catedral de Burgos (Património da Humanidade).

Museu Ibérico da Máscara e do Traje

Visitaram o Museu durante o ano 10.493 pessoas e foram realizadas 88 visitas guiadas.

Teatro Municipal de Bragança

Realizaram-se 83 espectáculos num total de 147 sessões a que assistiram 20.542 espectadores. Destacam o Festival Internacional Douro Jazz, na sua sétima edição, o FAN - Festival de Ano Novo, na sua 4.^a edição, o Festival Internacional de Teatro, a Co-produção com o Teatro da Garagem: *L.A. Lost Angels Project*, com estreia nacional e absoluta em Bragança, e a Co-criação artística com o Teatro da Garagem: *Guarda-me um lugar* – partindo de textos de Miguel Torga, espectáculo com a participação 50 actores todos de Bragança.

O reconhecimento da boa gestão do Teatro Municipal de Bragança está patente nos convites à Directora de Programação para ser oradora em seminários abordando a experiência do TMB e no convite da Direcção Geral das Artes/Ministério da Cultura para a Directora de Programação integrar júri nacional de análise das candidaturas aos apoios ao Teatro 2011-2012.

Biblioteca Municipal

Continuação da indexação e catalogação do acervo documental, que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público, no sentido de uniformizar os registos catalogados com a Base de Dados da Biblioteca Nacional, tendo sido efectuados 10.628 registos.

Durante o ano de 2010 foi registada a presença de 31.040 utentes em todas as secções da Biblioteca.

Na secção infantil foram desenvolvidas várias actividades, tais como: desenho e pintura, projecção de filmes e hora do conto.

Paralelamente, no espaço da biblioteca, decorreu o Concurso Nacional da Leitura e estiveram patentes as exposições "Letras e Cores, Ideias e Autores da República", apresentada pela DGLB em colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, "Eça de Queiroz – Passos de um trajeto", "Biodiversidade" fotografia de alunos a Escola Secundária Emídio Garcia e dos trabalhos do concurso de fotografia do Ano Internacional da Biodiversidade.

Na Biblioteca Adriano Moreira foram catalogadas durante o ano 8.785 monografias do espólio cedido pelo Prof. Adriano Moreira.

Centro Cultural - Exposições

Neste período estiveram patentes, nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões do Centro Cultural, 11 exposições de pintura, escultura e fotografia: "Máscaras e Rituais do Douro e Trás-os-Montes", pintura de Balbina Mendes, trabalhos da VIII Bienal de Pintura do Eixo Atlântico, "Calejo", de Luís Filipe Folgado, "Ao Redor de Pedras Rolantes do Mar", de Sileno JP, "Um outro olhar – Património da UNESCO em perspectiva", fotografia de António Sá, "Entre o Fantástico e o Sagrado", Pintura de Miguel Moreira e Silva, "Paisagens" – Docentes do Departamento de Artes Visuais do Instituto Politécnico de Bragança, "Implicarte – Mostra de Artes Dramáticas, Musicais e Visuais", colectiva de professores e alunos da Escola Superior de Educação de Bragança, "Universalismos" – Gravura, Cerâmica, Escultura, Pintura e Desenho de António Rodrigues & Frauke Ophelia Billen, "Memórias" de Ana Fernandes e Exposição Antológica de Armando Alves.

Sector de Animação, Produção e Turismo

No posto de Turismo foram atendidos durante o ano 17.581 turistas sendo a sua maioria de nacionalidade estrangeira, principalmente espanhola.

Foram realizadas visitas guiadas ao Centro Histórico e elaborado material de promoção e divulgação: reedição do Guia Everest em Português, edição do Guia Everest em Francês, Inglês e Espanhol e edição de várias outras publicações.

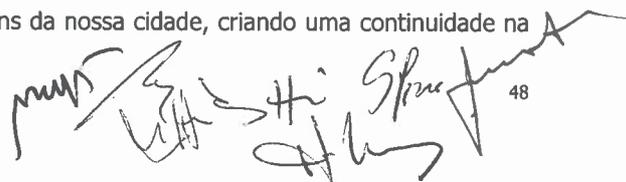
Outras actividades

De 27 de Setembro a 02 de Outubro de 2010, no Auditório Paulo Quintela, decorreu o IX Colóquio Anual da Lusofonia, com a participação de 30 oradores e a presença das três Academias de Língua Portuguesa: Academia Brasileira de Letras, Academia das Ciências de Lisboa e Academia Galega de Língua Portuguesa.

Decorreu a 10.^a edição do "Concurso Contos de Natal" que contou com a participação de 33 alunos e um total de 26 trabalhos, e a 9.^a edição do "Concurso Municipal de Presépios" a que concorreram 47 presépios, 27 na modalidade tradicional e 20 na modalidade inovadora.

No âmbito da realização das Festas da Cidade, os espectáculos programados para a Praça Camões tiveram uma adesão significativa durante os 21 dias das verbenas, bem como os concertos que ocorreram no Parque Eixo Atlântico que, durante os três dias, esteve repleto de gente.

A Festa da História com as suas diversas componentes como o Teatro " O Braganção Mendo Alão e o Rapto da Princesa da Arménia" que apresentado nos dias 13 e 14 de Agosto, teve sempre "casa cheia", o assalto ao castelo com um número maior de participantes, entre eles alguns da nossa cidade, criando uma continuidade na



48

história nos dois dias desta actividade, o concerto medieval que teve um elevado número de espectadores, o mercado medieval com mais participantes e com artesãos locais em maior número do que nas anteriores edições, bem como a componente da restauração mais diversificada marcou um ponto alto na actividade cultural do nosso concelho e foi visitada por largos milhares de pessoas.

De referir ainda a realização de mais uma Feira do Livro, na Praceta Adriano Moreira do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, do Festival Internacional de Folclore com a participação de 5 Ranchos Folclóricos e cerca de 500 assistentes, do Carnaval dos Caretos com o desfile e o Baile de Carnaval.

EDUCAÇÃO E DESPORTO

Sector de Educação

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares são fornecidos almoços a todos os alunos da área rural do concelho, aos alunos da área urbana que são transportados e a alunos carenciados de todas as escolas, abrangendo uma média diária de 863 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de 290 alunos do Ensino Pré-escolar.

São também fornecidos a todos os alunos do 1.º ciclo cujos agregados familiares estão integrados no Escalão 1 da Segurança Social um suplemento alimentar, a meio da manhã, constituído por uma sandes, leite ou sumo e uma peça de fruta, abrangendo um total de 310 alunos.

A autarquia procede anualmente à aquisição e fornecimento de Manuais Escolares aos alunos carenciados do 1.º ciclo, participando a 100% os abrangidos pelo escalão 1 da Segurança Social, num total de 306 alunos em 2010, e a 50% os abrangidos pelo escalão 2, num total 135 alunos em 2010, bem como à aquisição de aquisição de material didáctico para a componente social de todos os Jardins de Infância da rede pública.

Para assegurar o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular o município protocolizou ou contratualizou o Ensino de Inglês, a Actividade Física e Desportiva e o Ensino de Música abrangendo 987 alunos do 1.º ciclo. Para apoio nas refeições e na componente de apoio à família - prolongamento de horário - das escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância o município transferiu para as Juntas de Freguesia e Agrupamentos de Escolas verbas para contratualização de Auxiliares de Acção Educativa.

Com entrada em funcionamento dos Centros Escolares da Sé e Santa Maria foi verificada a falta de algum equipamento necessário ao seu normal funcionamento pelo que foi desencadeado o procedimento para a sua aquisição e fornecimento. Foi ainda adquirido para os Jardins de Infância destes dois Centros Escolares e para os de Coelhooso, Parada e Rebordãos diverso equipamento e material didáctico.

A CMB colaborou na organização do acto de apresentação do livro "História da Baleia" da autoria de Elza Mesquita e Ana Pereira, mobilizando professores e alunos do 1.º ciclo e fornecendo transporte para a sua participação neste acto. Adquiriu 180 exemplares desta publicação para oferta a todas as escolas do ensino público e privado do concelho.

Imbuída do espírito da quadra natalícia a CMB distribuiu por todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do concelho uma pequena lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo.

Sector de Desporto

Durante o ano foi feita a gestão das instalações desportivas, a orientação de Estágios Curriculares e Estágios PEPAL, dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, articulação com os clubes e outras entidades da calendarização da utilização das instalações desportivas municipais, orientação das actividades na Piscina Municipal e apoio ao Programa Mexa-se em Bragança. Nestas actividades foram registados: 48.979 utilizadores da Piscina Municipal, quer nas actividades orientadas quer no regime livre, 37.892 do pavilhão municipal, 27.720 do Campo de Futebol do CEE, 7.432 do Estádio Municipal, 11.361 do Pavilhão da Bancada, 2.977 do Campo de Futebol do Trinta e 1.437 da pista de atletismo. A utilização da piscina municipal e dos pavilhões da bancada e municipal gerou uma receita de 143.916,97€.

Nas restantes actividades realizadas registaram os seguintes números de participantes:

Férias Desportivas e Culturais 340 participantes, Mexa-se em Bragança 40 participantes, Maratona de Fitness 70 participantes, Maratona de Hidroginástica 55 participantes, Dia do Desporto 45 participantes, Encontro de Jogos Tradicionais 300 participantes, Torneio Internacional de Natação 250 participantes, Milha das Cantarinhas 250 participantes, Campeonato Regional de Natação - Infantis 120 participantes, Torneio de Formação de Natação 70 participantes, Torneio de Escolas de Natação Cidade de Bragança 82 participantes e Bragança Activa 100 participantes.

Durante o ano foram realizadas 15 caminhadas rurais que reuniram 901 participantes.

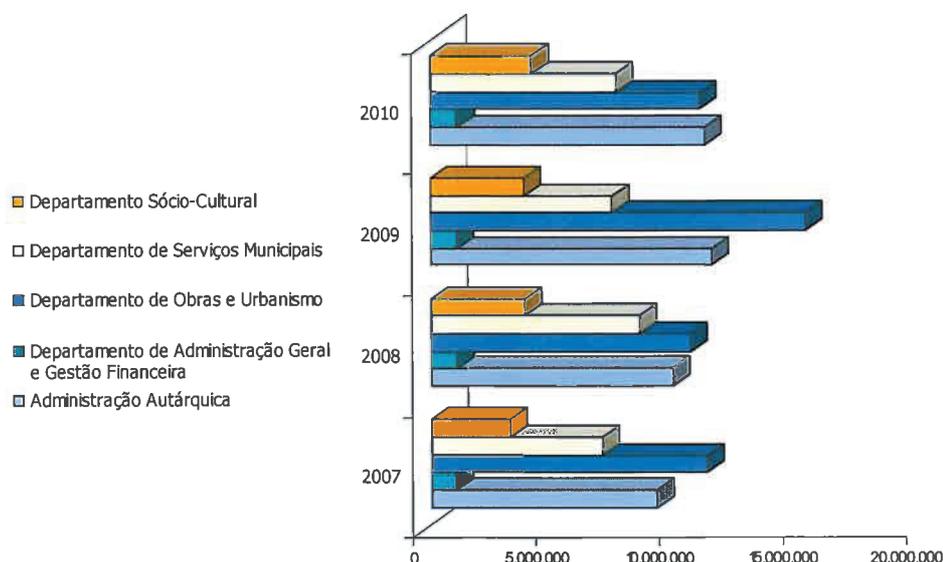
No dia 4 de Outubro, o Pavilhão Municipal de Bragança foi pequeno para acolher todas as pessoas que quiseram assistir à Gala Desportiva Comemorativa do Centenário da República, onde 196 atletas, de todas as idades, apresentaram algumas das actividades desenvolvidas ao longo do ano. Esta Gala Desportiva, organizada pelo Município de Bragança, contou com a participação dos Agrupamentos de Escolas Augusto Moreno e Paulo Quintela, do Clube Académico de Bragança, do Ginásio Budo Gym, da Academia de Dança Shiva e das Associações Farang Mu Sul e Kyokushin – Kan Karate de Bragança.



QUADRO 16 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação no período 2007/2010

Unidades Orgânicas	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	2010	Coeficiente de variação (n a n-1)		
	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	2008-2007	2009-2008	2010-2009
<i>Administração Autárquica</i>							
Assembleia Municipal	56.983 €	46.966 €	44.371 €	87.175 €	-17,58%	-5,53%	96,47%
Câmara Municipal	6.691.878 €	8.044.062 €	9.021.616 €	8.932.114 €	20,21%	12,15%	-0,99%
Operações Financeiras	2.411.199 €	1.700.547 €	2.324.722 €	2.124.298 €	-29,47%	36,70%	-8,62%
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>							
Divisão Administrativa	468.544 €	462.313 €	512.396 €	485.464 €	-1,33%	10,83%	-5,26%
Divisão Financeira	439.798 €	464.618 €	448.890 €	504.853 €	5,64%	-3,39%	12,47%
Divisão de Informática e Sistemas	122.434 €	126.100 €	121.803 €	125.057 €	2,99%	-3,41%	2,67%
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>							
Divisão de Obras	8.919.785 €	7.873.230 €	13.352.436 €	8.563.454 €	-11,73%	69,99%	-35,87%
Divisão de Equipamento	1.522.836 €	1.966.151 €	1.188.864 €	1.614.446 €	29,11%	-39,53%	35,80%
Divisão de Urbanismo	775.621 €	719.177 €	646.291 €	775.157 €	-7,28%	-10,13%	19,94%
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>							
Divisão de Saneamento Básico	2.582.243 €	3.021.849 €	3.110.581 €	3.071.759 €	17,02%	2,94%	-1,25%
Divisão de Defesa do Ambiente	3.064.686 €	3.243.093 €	2.645.366 €	3.149.204 €	5,82%	-18,43%	19,05%
Serviço de Transportes Urbanos	1.277.207 €	2.215.103 €	1.608.908 €	1.304.013 €	73,43%	-27,37%	-18,95%
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>							
Divisão Cultural e Turismo	1.189.867 €	1.546.821 €	1.651.468 €	1.568.388 €	30,00%	6,77%	-5,03%
Divisão de Educação e Desporto	2.043.113 €	2.251.740 €	2.181.256 €	2.536.196 €	10,21%	-3,13%	16,27%
TOTAL	31.566.194 €	33.681.771 €	38.858.969 €	34.841.577 €	6,70%	15,37%	-10,34%

GRÁFICO XI – Repartição Departamental da Despesa Total no período 2007/2010



Quanto à natureza das despesas, correntes e de capital, encontra-se distribuída diferenciadamente pelos diversos departamentos. Isto porque, também estes, desempenham na estrutura da Autarquia funções diferenciadas. Seguidamente, evidencia-se essa distribuição e evolução num horizonte temporal de quatro anos.

QUADRO 17 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação e natureza das despesas no período 2007/2010

Unidades Orgânicas	2007		2008		2009		2010	
	despesas correntes	despesas de capital						
<i>Administração Autárquica</i>								
<i>Assembleia Municipal</i>	56.983 €	0 €	46.966 €	0 €	44.371 €	0 €	87.175 €	0 €
<i>Câmara Municipal</i>	4.202.102 €	2.489.776 €	4.880.849 €	3.163.213 €	5.121.667 €	3.899.949 €	5.816.956 €	3.115.158 €
<i>Operações Financeiras</i>	408.663 €	2.002.536 €	437.603 €	1.262.945 €	364.358 €	1.960.364 €	246.629 €	1.877.668 €
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>								
<i>Divisão Administrativa</i>	466.554 €	1.990 €	462.313 €	0 €	497.460 €	14.937 €	484.963 €	501 €
<i>Divisão Financeira</i>	438.594 €	1.204 €	463.153 €	1.465 €	447.980 €	910 €	503.975 €	878 €
<i>Divisão de Informática e Sistemas</i>	122.434 €	0 €	126.100 €	0 €	121.803 €	0 €	125.057 €	0 €
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>								
<i>Divisão de Obras</i>	755.705 €	8.164.080 €	959.774 €	6.913.455 €	968.515 €	12.383.921 €	921.794 €	7.641.659 €
<i>Divisão de Equipamento</i>	1.238.308 €	284.528 €	1.379.645 €	586.506 €	1.137.423 €	51.440 €	1.334.729 €	279.717 €
<i>Divisão de Urbanismo</i>	542.204 €	233.417 €	521.006 €	198.171 €	525.929 €	120.363 €	567.967 €	207.191 €
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>								
<i>Divisão de Saneamento Básico</i>	2.072.655 €	509.588 €	2.790.679 €	231.170 €	2.645.946 €	464.636 €	2.869.951 €	201.808 €
<i>Divisão de Defesa do Ambiente</i>	2.919.899 €	144.787 €	3.062.503 €	180.590 €	2.504.860 €	140.506 €	3.117.500 €	31.704 €
<i>Divisão Transportes e Energia</i>	882.517 €	394.690 €	1.045.811 €	1.169.292 €	1.017.399 €	591.509 €	1.190.284 €	113.729 €
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>								
<i>Divisão Cultural e Turismo</i>	1.173.783 €	16.084 €	1.520.578 €	26.243 €	1.594.271 €	57.197 €	1.541.775 €	26.613 €
<i>Divisão de Educação e Desporto</i>	2.035.188 €	7.925 €	2.158.370 €	93.370 €	2.174.244 €	7.012 €	2.487.015 €	49.181 €
TOTAL	17.315.589 €	14.250.605 €	19.855.351 €	13.826.420 €	19.166.225 €	19.692.744 €	21.295.770 €	13.545.807 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Amgr", "Ch", "Hi", "H", "S", and "Just".

2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos – POCAL, consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Conjuntamente com o Plano de Actividades Municipal reflectem, sob a forma de objectivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento previstos e executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, reflectindo o esforço financeiro dispendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, funções sociais e as funções económicas.

QUADRO 18 – Resumo das Grandes Opções do Plano no ano de 2010

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2010								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano de Actividades Municipal (PAM)			Total GOP'S		
	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução
Funções Gerais	941.800	634.034	67,32%	125.000	17.200	13,76%	1.066.800	651.234	61,05%
Serviços gerais de administração pública	836.800	540.742	64,62%	100.000	7.200	7,20%	936.800	547.942	58,49%
Segurança e ordem públicas	105.000	93.292	88,85%	25.000	10.000	40,00%	130.000	103.292	79,46%
Funções Sociais	11.032.100	7.895.981	71,57%	2.226.000	1.443.161	64,83%	13.258.100	9.339.142	70,44%
Educação	2.800.400	2.581.145	92,17%	90.700	0	0,00%	2.891.100	2.581.145	89,28%
Saúde	500	0	0,00%	0	0	0,00%	500	0	0,00%
Segurança e acção sociais	0	0		843.100	683.086	81,02%	843.100	683.086	81,02%
Habituação e serviços colectivos	7.717.200	5.265.425	68,23%	637.900	187.166	29,34%	8.355.100	5.452.591	65,26%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	514.000	49.411	9,61%	654.300	572.909	87,56%	1.168.300	622.320	53,27%
Funções Económicas	1.957.600	1.303.506	66,59%	200.200	18.000	8,99%	2.157.800	1.321.506	61,24%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	0	0,00%	1.000	0	0,00%	6.000	0	0,00%
Indústria e energia	372.500	243.576	65,39%	124.000	0	0,00%	496.500	243.576	49,06%
Transportes e comunicações	1.551.600	1.059.930	68,31%	5.000	0	0,00%	1.556.600	1.059.930	68,09%
Comércio e Turismo	28.500	0	0,00%	70.200	18.000	25,64%	98.700	18.000	18,24%
TOTAL	13.931.500	9.833.522	70,58%	2.551.200	1.478.361	57,95%	16.482.700	11.311.883	68,63%

Com uma taxa de execução de 68,63%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, atingem o valor absoluto de 11.311.883,17 euros, dos quais 9.833.522,15 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.478.361,02 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

QUADRO 19 – Desagregação da execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2010

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog.	% em relação ao total das GOP'S
1	<i>Funções gerais</i>	651.234	100,00%	5,76%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	547.942	84,14%	4,84%
1.1.1	Administração geral	547.942	84,14%	4,84%
1.1.1.1	Edifícios	43.035	7,85%	0,38%
1.1.1.2	Material de transporte	46.499	8,49%	0,41%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	458.408	83,66%	4,05%
1.2.0	Segurança e ordem pública	103.292	15,86%	0,91%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	103.292	15,86%	0,91%
1.2.1.1	Bombeiros	10.000	1,54%	0,09%
1.2.1.2	Segurança pública	93.292	14,33%	0,82%
2	<i>Funções sociais</i>	9.339.142	100,00%	82,56%
2.1.0	Educação	2.581.145	27,64%	22,82%
2.1.1	Ensino não superior	2.581.145	27,64%	22,82%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	3.092	0,03%	0,03%
2.1.1.2	Ensino Básico	2.578.053	27,60%	22,79%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.2.0	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços individuais de saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.0	Segurança e acção sociais	683.086	7,31%	6,04%
2.3.2	Acção social	683.086	7,31%	6,04%
2.4.0	Habituação e serviços colectivos	5.452.591	58,38%	48,20%
2.4.1	Habituação	1.115.587	4,58%	9,86%
2.4.2	Ordenamento do Território	3.182.697	34,08%	28,14%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	206.091	2,21%	1,82%
2.4.2.2	Urbanização	2.976.606	31,87%	26,31%
2.4.3	Saneamento	108.889	1,17%	0,96%
2.4.4	Abastecimento de água	203.277	2,18%	1,80%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	842.142	9,02%	7,44%
2.4.6.1	Higiene pública	0	0,00%	0,00%
2.4.6.2	Cemitérios	22.000	0,24%	0,19%
2.4.6.3	Meio Ambiente	820.142	8,78%	7,25%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	622.320	6,66%	5,50%
2.5.1	Cultura	306.122	3,28%	2,71%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	316.199	3,39%	2,80%
3	<i>Funções económicas</i>	1.321.506	100,00%	11,68%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	243.576	18,43%	2,15%
3.2.1	Iluminação pública	107.786	8,16%	0,95%
3.2.2	Energia	2.871	0,22%	0,03%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	132.919	10,06%	1,18%
3.3.0	Transportes e Comunicações	1.059.930	80,21%	9,37%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.059.930	80,21%	9,37%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.059.930	80,21%	9,37%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	0	0,00%	0,00%
3.4.0	Comércio e turismo	18.000	1,36%	0,16%
3.4.1	Mercados e feiras	18.000	1,36%	0,16%
3.4.2	Turismo	0	0,00%	0,00%
TOTAL		11.311.883	100,00%	100,00%

O quadro anterior apresenta a execução das Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) por funções. Neste âmbito, podemos salientar alguns objectivos, num contexto de volume dos montantes envolvidos:

Para um montante executado no valor de 11.311.883 euros, as **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 9.339.142 euros, representando 82,56% das GOP'S. Nestas funções a Habituação e Serviços Colectivos registam 5.452.591 euros.

As **Funções Económicas** representam 11,68% do investimento, com um valor executado de 1.321.506 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 1.059.930 euros.

As **Funções Gerais**, que representam 5,76% das despesas, apresentam um valor de 651.234 euros, sendo consumidas estas verbas, na sua maior parte, pelos serviços gerais da administração pública.

Da leitura dos valores desagregados destacam-se três grandes áreas de investimento realizado por ordem decrescente:

✓ **Habituação e serviços colectivos (48,20%)**, destacando-se intervenções no âmbito do Ordenamento do Território (28,14%) e Habitação (9,86%);

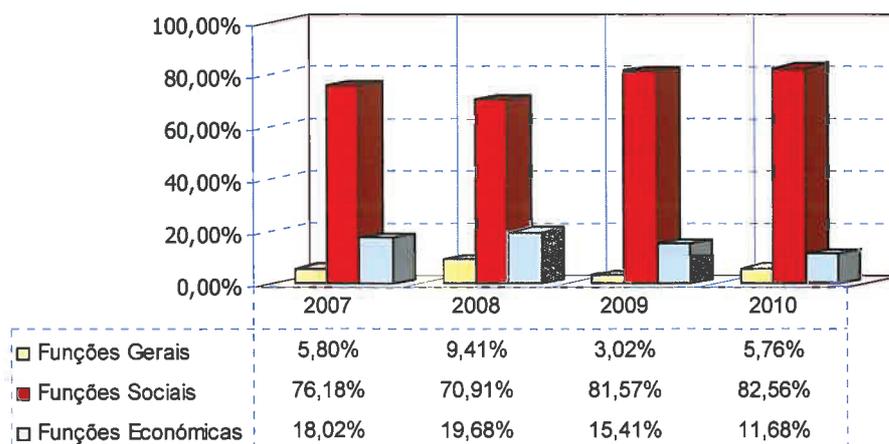
✓ **Educação (22,82%)**, com intervenções na área do Ensino básico (22,79%);

✓ **Transportes e comunicações (9,37%)**, através de investimento em Transportes Rodoviários (9,37%).

✓ **Serviços culturais, recreativos e religiosos (5,50%)**, com intervenções na área do Desporto, Recreio e Lazer (2,80%) e da Cultura (2,71%).

No que concerne à evolução das despesas pelas grandes funções, o gráfico seguinte permite a sua comparação no período 2007-2010.

GRÁFICO XII – Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2007/2010



2.7. RÁCIOS

De seguida apresentam-se um conjunto de Rácios, reportando-se a uma análise comparativa nos últimos cinco anos e que podem sustentar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

QUADRO 20 – Rácios de Estrutura e Financeiros

<i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i>	2006	2007	2008	2009	2010
Rácios					
Imp. Directos / Rec. Correntes	21,8%	22,2%	20,4%	19,3%	18,4%
Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes	18,8%	19,5%	20,2%	21,9%	23,7%
Rec. Correntes / Rec. Totais	72,9%	70,3%	68,3%	67,8%	68,6%
Rec. de Capital / Rec. Totais	27,1%	29,6%	31,7%	47,6%	31,2%

<i>Rácios de Estrutura da Despesa (%)</i>	2006	2007	2008	2009	2010
Rácios					
Pessoal / Desp. Correntes	44,4%	37,6%	33,9%	35,9%	32,7%
Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes	44,4%	52,8%	57,2%	54,3%	58,4%
Investimentos / Desp. de Capital	87,5%	89,2%	92,1%	91,7%	88,9%
Passivos Financeiros / Desp. de Capital	5,8%	4,9%	3,3%	4,2%	4,3%
Desp. Correntes / Desp. Totais	53,7%	54,9%	58,9%	49,3%	61,1%
Desp. de Capital / Desp. Totais	46,3%	45,1%	41,1%	50,7%	38,9%

<i>Rácios Financeiros (%)</i>	2006	2007	2008	2009	2010
Rácios					
Pessoal / Rec. Correntes	32,5%	29,6%	29,3%	30,2%	29,1%
FGM+FCM+FBM / Desp. Totais	49,1%	42,6%	42,0%	38,2%	42,6%
Amortiz. +Juros / Desp. Correntes	13,1%	11,3%	7,5%	10,6%	8,9%
Rec. Correntes / Desp. Correntes	136,9%	126,9%	115,7%	119,0%	112,4%
Rec. de Capital / Desp. de Capital	59,1%	64,9%	77,3%	81,4%	80,4%

De modo a completar a análise efectuada, o quadro n.º 21 que a seguir se apresenta, revela a evolução no período 2006-2010 de alguns indicadores de actividade e de estrutura:

QUADRO 21 – Indicadores Financeiros e de Estrutura

	2006	2007	2008	2009	2010
FINANÇAS					
Receitas Fiscais					
<i>Imp. Directos+Impostos Indir.+Taxas, Multas e Outras Penalid.</i>	5.717.399 €	6.199.769 €	5.939.808 €	5.702.458 €	5.795.322 €
Receitas Próprias de Funcionamento					
<i>Receitas Totais-Transf. 2ºs Capital-Passivos Financeiros</i>	20.205.740 €	22.356.116 €	23.453.852 €	23.230.155 €	25.258.923 €
Autonomia Financeira					
<i>Receitas Próprias Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes</i>	5.463.068 €	5.040.528 €	3.598.501 €	4.063.929 €	3.963.153 €
Saúde Financeira					
<i>Autonomia Financeira/Receitas Próprias de Funcionamento</i>	27%	23%	15%	17%	16%
Estrutura					
Poupança					
<i>Corrente (Receitas Correntes/ Despesas Correntes)</i>	1,37	1,27	1,16	1,19	1,12
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital					
<i>Receitas Correntes-Despesas Correntes</i>	5.446.494 €	4.649.354 €	3.119.105 €	3.637.505 €	2.631.336 €
% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes</i>	44,4%	37,6%	33,9%	35,9%	32,7%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais</i>	23,9%	20,6%	20,0%	17,7%	20,0%

Em síntese, podemos extrair a seguinte informação:

Em trâmites financeiros.

- Verificou-se em 2010 um ligeiro aumento das receitas fiscais;
- As receitas próprias de funcionamento, aumentadas em 2010, evidenciaram o crescimento das receitas correntes;
- O aumento das despesas obrigatórias correntes, tem reflexo directo na autonomia e saúde financeira do município.

Nos trâmites da estrutura ou actividade.

- Uma diminuição da poupança corrente originada pelo aumento das despesas;
- Em 2010, o encargo dos custos com o pessoal relativamente às despesas correntes apresentou uma diminuição de 3,20%.

3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS (Base Orçamental)

A análise realizada, na perspectiva da dívida, durante os anos precedentes à entrada em vigor do POCAL, à excepção dos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras, era efectuada no âmbito do curto prazo (fornecedores de bens e serviços e de imobilizado conta-corrente). Assim, para efectuarmos um estudo evolutivo, foi utilizado desde o ano de 2002 (entrada em vigor do novo sistema contabilístico) o mesmo critério, pelo que as conclusões serão necessariamente diferentes da análise patrimonial, que se apresenta no ponto seguinte.

Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução - na última década - dos cenários previsíveis e reais se a dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano fosse actualizada à data de 31 de Dezembro de 2010.

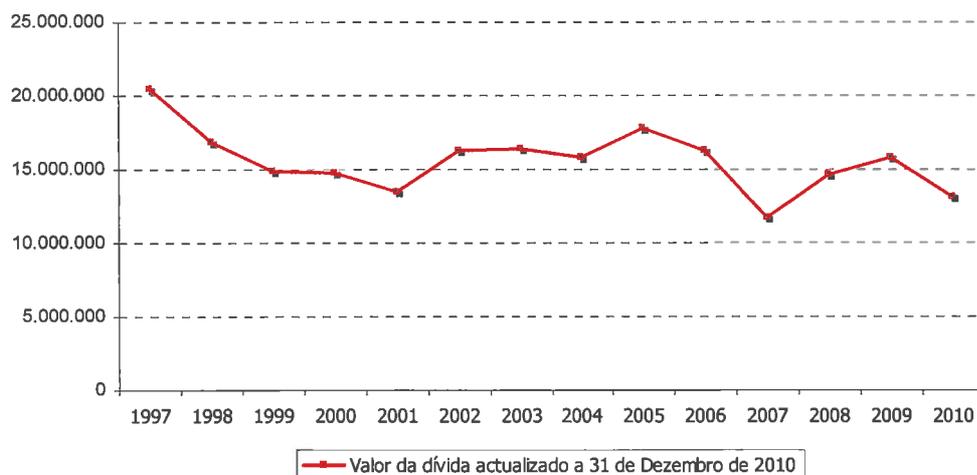
QUADRO 22 – Evolução da dívida do Município no período 1997 a 2010

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gerência)	14.684.840	12.430.961	11.260.791	11.458.859	10.912.845	13.637.402	14.258.667
Valor da dívida actualizado a 31 de Dezembro de 2010	20.448.307	16.838.357	14.910.365	14.745.021	13.450.595	16.224.652	16.421.861
Valor percentual da taxa de actualização (fonte: INE)		2,80%	2,30%	2,90%	4,40%	3,60%	3,30%

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	14.063.578	16.190.663	15.259.444	11.343.637	14.431.319	15.597.187	13.175.746
	15.817.553	17.800.511	16.272.261	11.801.512	14.633.357	15.815.547	13.175.746
	2,40%	2,30%	3,10%	2,50%	2,60%	-0,80%	1,40%

Handwritten signatures and notes:
 mnr
 After the
 of the
 5/10/10
 Just

GRÁFICO XIII – Evolução da Dívida



3.2. DÍVIDA TOTAL

QUADRO 23 - Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2004-2010

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos	Dívidas a Curto prazo	TOTAL	Var. %
	<i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c</i>	<i>Empréstimos de CP, Fornecedores, EOEP, O. Credores e Credores de Cauções</i>		
2004	12.531.909 €	3.231.034 €	15.762.942 €	--
2005	12.537.232 €	5.343.365 €	17.880.597 €	13,43%
2006	11.304.907 €	6.027.209 €	17.332.116 €	-3,07%
2007	9.678.702 €	3.785.881 €	13.464.583 €	-22,31%
2008	9.784.097 €	6.496.594 €	16.280.691 €	20,91%
2009	10.328.189 €	7.532.618 €	17.860.807 €	9,71%
2010	9.702.133 €	5.475.375 €	15.177.508 €	-15,02%

A componente de **dívidas a terceiros** reflecte no ano de 2010, na sua componente de médio e longo prazo, uma diminuição relativamente ao ano anterior de 6,06%. Estão incluídas neste agregado a dívida às instituições bancárias no valor de 9.264.899,34 euros e as dívidas a fornecedores de imobilizado exigíveis a mais de um ano, no valor de 437.233,63 euros. Estas últimas, referem-se nomeadamente à permuta de edifícios adquiridos à Direcção-Geral do Património, e o edifício adquirido ao Banco de Portugal para instalação do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

No curto prazo diminui substancialmente do endividamento, consequência da diminuição das dívidas de conta corrente de fornecedores e imobilizado.

No cômputo geral a dívida total do município reduziu relativamente ao ano de 2009, 15,02%, em valores nominais esse montante ascende a 2.683.299,05 euros.

3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

QUADRO 24 – Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2007-2010

	2007	2008	2009	2010
<i>Dívidas a terceiros</i>				
Médio e Longo prazos	9.678.701,67	9.784.096,97	10.328.189,32	9.702.132,97
Instituições Financeiras	8.779.674,20	9.312.462,93	9.669.398,71	9.264.899,34
Fornecedores de Imobilizado c/c	899.027,47	471.634,04	658.790,61	437.233,63
Curto prazo	3.785.881,44	6.496.593,63	7.532.617,70	5.475.375,00
Instituições Financeiras	0,00	482.300,00	415.945,64	0,00
Fornecedores c/c	584.816,13	738.932,08	1.186.113,27	702.667,23
Fornecedores - facturas em rep/conferência	0,00	0,00	1.778.219,06	1.821.381,61
Fornecedores de imobilizado c/c	1.970.146,90	3.897.623,69	2.547.509,88	1.386.797,88
Estado e outros entes públicos	114.885,24	121.987,27	170.072,80	183.724,11
Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Outros credores	60.531,19	47.383,38	101.262,63	16.470,38
Credores de Cauções	1.055.501,98	1.208.367,21	1.333.494,42	1.356.833,79
TOTAL	13.464.583,11	16.280.690,60	17.860.807,02	15.177.507,97

QUADRO 25 – Resumo da estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2007-2010

	2007	2008	2009	2010	composição da estrutura			
					2007	2008	2009	2010
<i>Dívidas a terceiros</i>								
Médio e Longo prazos	9.678.702	9.784.097	10.328.189	9.702.133	71,88%	60,10%	57,83%	63,92%
Instituições Financeiras	8.779.674	9.312.463	9.669.399	9.264.899	65,21%	57,20%	54,14%	61,04%
Fornecedores de Imobilizado c/c	899.027	471.634	658.791	437.234	6,68%	2,90%	3,69%	2,88%
Curto prazo	3.785.881	6.496.594	7.532.618	5.475.375	28,12%	39,90%	42,17%	36,08%
Instituições Financeiras	0	482.300	415.946	0			2,33%	0,00%
Fornecedores, EOEP, Outros Credores	2.730.379	4.805.926	5.783.178	4.118.541	20,28%	29,52%	32,38%	27,14%
Credores de Cauções	1.055.502	1.208.367	1.333.494	1.356.834	7,84%	7,42%	7,47%	8,94%
TOTAL	13.464.583	16.280.691	17.860.807	15.177.508	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituição das cauções - em qualquer momento.

3.4. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Os limites ao endividamento municipal para o ano de 2010 foram calculados de acordo com o disposto na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (NLFL) e demais legislação aplicável, apresentando os seguintes montantes:

Limites ao endividamento municipal para 2010

Ano de 2010	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.932.337,92
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	19.323.379,20
Limite ao endividamento líquido	24.154.224,00

Estes limites reportam-se exclusivamente ao endividamento do Município, estando excluídas as situações que possam, nos termos da Lei, contribuir para o mesmo.

Segundo o artigo 36.º da NLFL e passamos a citar "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu das Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros."

Cálculo do endividamento municipal para 2010

	Designação	Montante (€)	Observações
(1)	TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	Saldo credor conta 2311 - Empréstimos de curto prazo
(2)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	9.264.899,34	Saldo credor conta 2312 Empréstimos de médio e longo prazos
(3)	TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	8.087.370,31	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(4)	CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2.484.328,12	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61.º da LFL
(5)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	6.780.571,22	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (2) - (4)
(6)	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	5.603.042,19	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (3) - (4)

Face aos limites calculados, podemos concluir que relativamente à **dívida a médio e longo prazos** (empréstimos) cujo limite é de 19.323.379,20 euros, valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2009 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE/2010 apresenta-se em 31/12/2010 um capital em dívida, já excluído dos montantes legalmente excepcionados de 6.940.571,45 euros o que corresponde a 35,09% do limite legal.

Quanto à dívida no cômputo do **endividamento líquido**, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmemente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 5.603.042,19 euros, muito aquém do limite estabelecido de 24.154.224,00 euros e equivalente a 23,20% do limite indicado.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas e não a obtenção de lucro.

4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

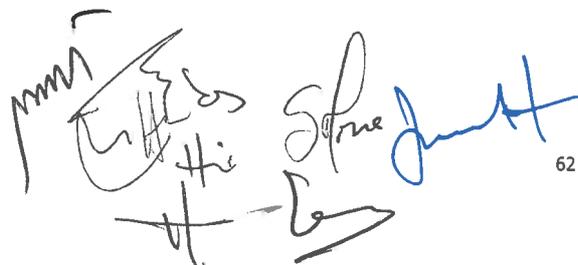
O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Activo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2010.

O Activo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objectivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2009 e 2010, que deve ser complementada com as informações disponibilizadas nos anexos às demonstrações financeiras.



62

QUADRO 26 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

	2009		2010		variação	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	Valor	%
ACTIVO						
Activo Fixo						
Bens de domínio Público	97.787.157,45	55,72%	121.811.186,46	61,14%	24.024.029,01	24,57%
Imobilizações incorpóreas	287.902,50	0,16%	225.449,37	0,11%	-62.453,13	-21,69%
Imobilizações corpóreas	66.148.075,14	37,69%	67.895.998,62	34,08%	1.747.923,48	2,64%
Investimentos financeiros	5.346.184,12	3,05%	3.289.497,51	1,65%	-2.056.686,61	-38,47%
Total (Activo Fixo)	169.569.319,21	96,62%	193.222.131,96	96,98%	23.652.812,75	13,95%
Activo Circulante						
Existências	322.425,14	0,18%	355.057,18	0,18%	32.632,04	10,12%
Dívidas de Terceiros	2.805.208,53	1,60%	2.429.370,18	1,22%	-375.838,35	-13,40%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.480.837,04	0,84%	1.512.406,26	0,76%	31.569,22	2,13%
Total (Activo Circulante)	4.608.470,71	2,63%	4.296.833,62	2,16%	-311.637,09	-6,76%
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	1.275.264,87	0,73%	1.667.396,69	0,84%	392.131,82	30,75%
Custos diferidos	49.575,59	0,03%	57.731,01	0,03%	8.155,42	16,45%
TOTAL (ACTIVO)	175.502.630,38	100,00%	199.244.093,28	100,00%	23.741.462,90	13,53%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios						
Património	89.002.663,64	50,71%	90.245.766,32	45,29%	1.243.102,68	1,40%
Reservas legais	1.863.210,98	1,06%	1.896.669,55	0,95%	33.458,57	1,80%
Doações	12.114.880,45	6,90%	14.465.533,87	7,26%	2.350.653,42	19,40%
Resultados Transitados	11.766.997,57	6,70%	11.706.224,27	5,88%	-60.773,30	-0,52%
Resultados Líquido do Exercício	669.171,49	0,38%	1.509.248,65	0,76%	840.077,16	125,54%
Total (Fundos Próprios)	115.416.924,13	65,76%	119.823.442,66	60,14%	4.406.518,53	3,82%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	8.291.220,22	4,72%	9.847.806,65	4,94%	1.556.586,43	18,77%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	10.328.189,32	5,88%	9.702.132,97	4,87%	-626.056,35	-6,06%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	7.532.617,70	4,29%	5.475.375,00	2,75%	-2.057.242,70	-27,31%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	1.220.258,22	0,70%	1.249.686,32	0,63%	29.428,10	2,41%
Proveitos Diferidos	32.713.420,79	18,64%	53.145.649,68	26,67%	20.432.228,89	62,46%
TOTAL (Passivo)	60.085.706,25	34,24%	79.420.650,62	39,86%	19.334.944,37	32,18%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	175.502.630,38	100,00%	199.244.093,28	100,00%	23.741.462,90	13,53%

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 23.741.462,90 euros, ou seja, 13,53% repartida pelas seguintes rubricas:

ACTIVO FIXO – Representando 96,98% do activo líquido, apresenta um crescimento em valores absolutos de 23.652.812,75 euros. A rubrica com crescimento mais acentuado foi a de *Bens de Domínio Público* (que representam 61,14%) com 24.024.029,41 euros, o que contribuiu maioritariamente para que o activo fixo apresentasse um crescimento de 13,95% relativamente ao ano anterior.

ACTIVO CIRCULANTE – apresenta uma redução de 311.637,09 euros, ou seja, 6,76% em relação ao ano anterior. Visto que as *Existências* representam um valor insignificante na estrutura do Balanço, são as *Dívidas de Terceiros* com uma diminuição de 375.838,35 euros que mais contribuíram para esta variação. As dívidas de

terceiros, na componente de outros devedores, são derivadas da comparticipação de projectos ao investimento, com despesa paga pela autarquia e o respectivo pedido de reembolso.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um aumento de 392.131,82 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos*, também com a mesma tendência apresentando uma variação de 8.155,42 euros. A rubrica de *acréscimos de proveitos* é constituída por proveitos de 2010, cujo recebimento só se concretiza em 2011, sendo as mais significativas os impostos e venda de electricidade e água. Aos *custos diferidos* estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos;

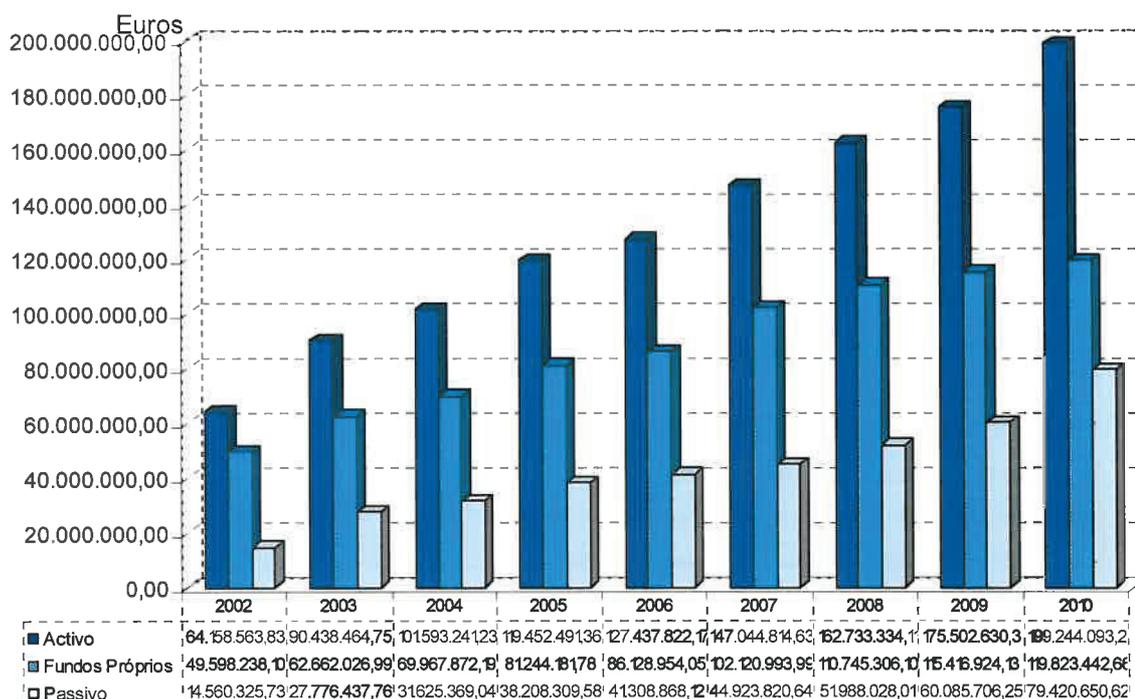
FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 3,82%, ou seja, 4.406.518,53 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 1.243.102,68 euros e as Doações cujo aumento registado e proveniente da participação do estado na Sociedade Bragança Polis, S.A. apresenta o valor de 2.350.653,42 euros. O Resultado Líquido do Exercício de 2010 apresentou um acréscimo de 840.077,16 euros relativamente ao ano de 2009;

PASSIVO – Tendo sofrido um aumento de 32,18%, deverá ser analisado segundo as vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ tendo em especial atenção o princípio da prudência, no ano de 2010 foram constituídas provisões para riscos e encargos no valor de 1.556.586,43 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos, apresentam, relativamente a 2009 uma redução de 2.683.299,05 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 20.432.228,89 euros, (18.486.776,81 euros são provenientes da incorporação da POLIS) representam 66,92% do passivo e 26,67% dos fundos próprios e passivo.

Numa perspectiva evolutiva, o gráfico seguinte reflecte o montante global do Balanço no período 2002-2010.

GRÁFICO XIV – Evolução do Balanço no período 2002-2010

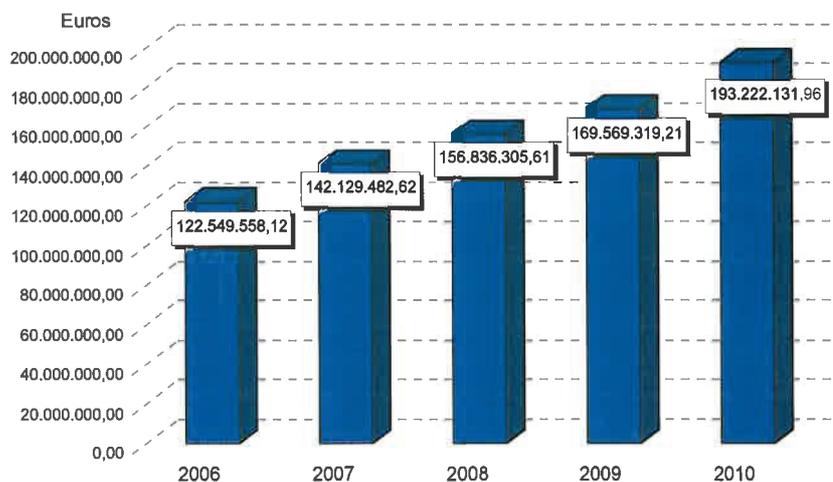


4.1.1. ESTRUTURA DO ACTIVO

A variação que maior peso tem sobre a estrutura do activo, em termos absolutos, é o imobilizado (com um crescimento bruto de 29.261.330,40 – aumento de 14,60% comparativamente com o ano anterior – e um crescimento líquido de 23.652.812,75 euros. Disto nos é dado conta nos Anexos às Demonstrações Financeiras – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

Considerando o papel fundamental que o activo fixo, ou imobilizado, representa na composição do activo, apresenta-se no gráfico seguinte a sua evolução no período de 2006 a 2010.

GRÁFICO XV – Evolução do Activo Fixo no período 2006-2010



Os Gráficos seguintes espelham a composição do Activo nos anos de 2009 e 2010.

GRÁFICO XVI – Estrutura do Activo 2009

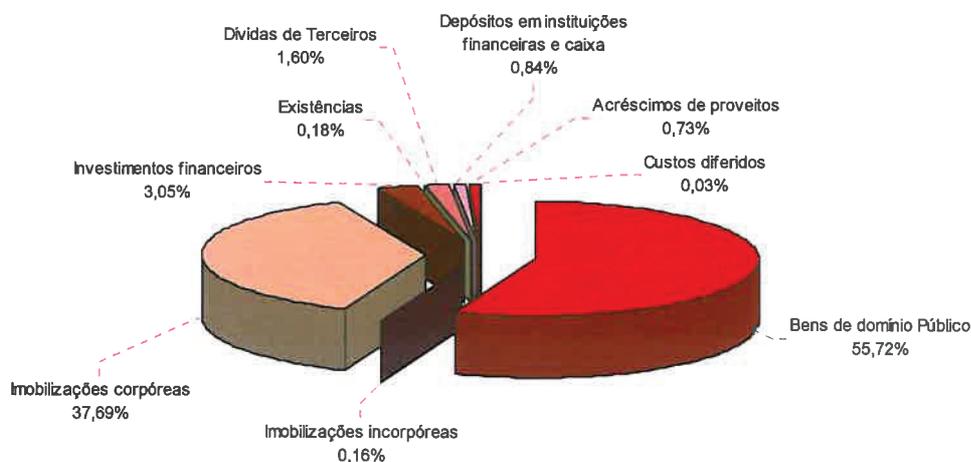
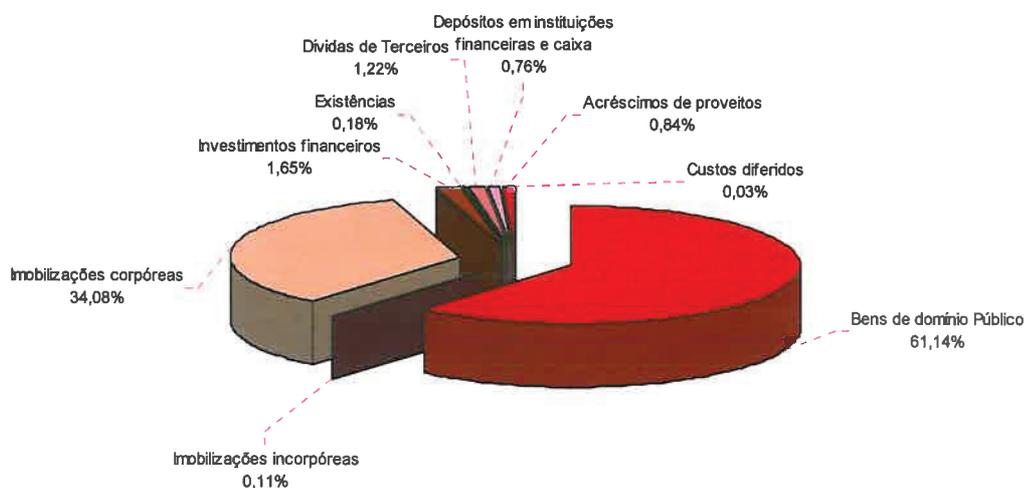


GRÁFICO XVII – Estrutura do Activo 2010

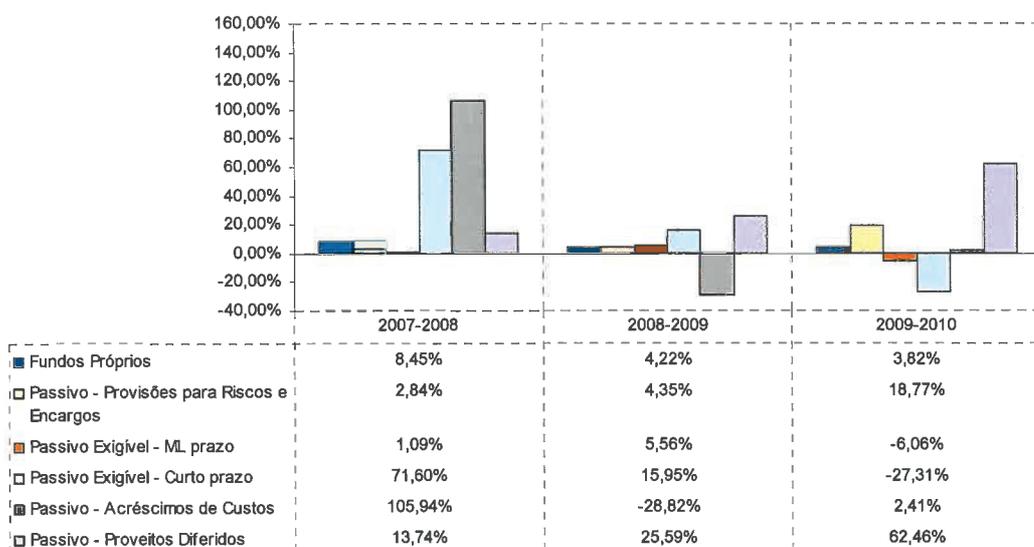


4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2007 a 2010. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de "acréscimos de custos", "proveitos diferidos" e "provisões para riscos e encargos" pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

68

GRÁFICO XVIII – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no período 2006-2010



Os gráficos que a seguir se apresentam, mostram a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, em 2009 e 2010.

GRÁFICO XIX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2009

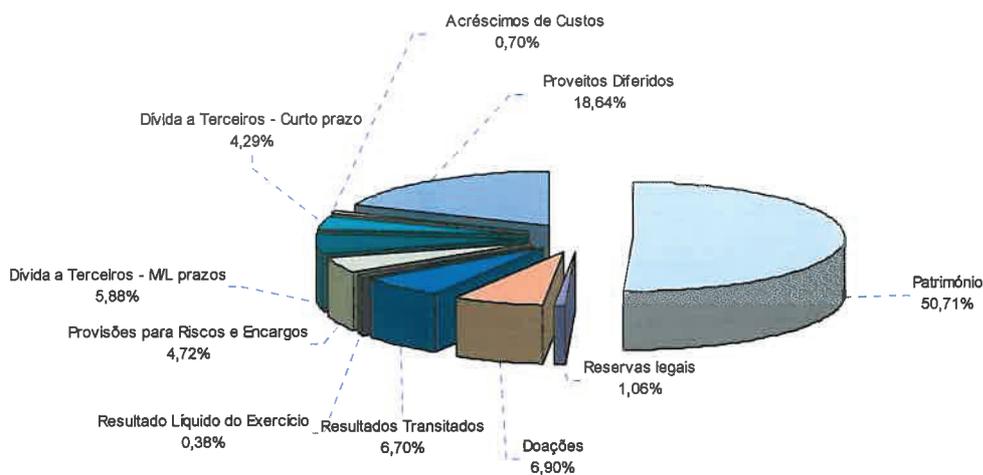
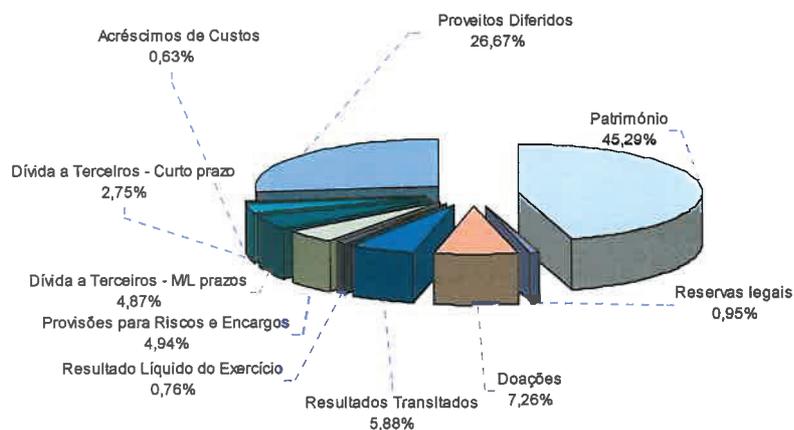


GRÁFICO XX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2010



A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Activo e ao nível do Passivo, apresentam, para o ano de 2010, na sua constituição a seguinte estrutura:

QUADRO 27 – Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2010

<i>ACTIVO</i>	
Acréscimos de proveitos	1.667.397 €
Custos Diferidos	57.731 €
TOTAL	1.725.128 €
<i>PASSIVO</i>	
Acréscimos de custos	1.249.686 €
Proveitos Diferidos	53.145.650 €
TOTAL	54.395.336 €

Ao nível do Activo os acréscimos e diferimentos resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de Dezembro de 2010 originando 1.667.396,69 euros de acréscimos de proveitos e 57.731,01 euros de custos que devem ser reconhecidos para o exercício de 2011.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 1.249.686,32 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios. De referir que deste total, 798.633,68 euros são imputados a remunerações a pagar, promovendo assim a imputação ao exercício de 2010, de despesas com o pessoal que só serão pagas no ano de 2011.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2010, o saldo de 53.145.649,68 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a activos amortizáveis. A incorporação de subsídios ao investimento provenientes do património da Sociedade Bragança Polis, S.A., incrementou esta rubrica em 17.442.141,38 euros.

4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Bragança apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2010, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 1.509.248,65 euros, constituído pelos seguintes resultados:



QUADRO 28 – Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2009-2010

	2009	2010	variação absoluta
Resultados Operacionais (1)	3.036.847 €	2.190.417 €	-846.430 €
Resultados Financeiros (2)	1.442.277 €	640.794 €	-801.483 €
Resultados Correntes (3) = 1+2	4.479.124 €	2.831.211 €	-1.647.913 €
Resultados Extraordinários (4)	-3.809.953 €	-1.321.963 €	2.487.990 €
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4	669.171 €	1.509.249 €	840.077 €

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2010 apresenta um valor de 1.509.248,65 euros, registando comparativamente a 2009 um aumento de 125,54%, o qual é proveniente:

- grande diminuição ao nível dos *Resultados Operacionais*, com o valor significativo de 846.430 euros. Esta contribuição, foi determinante para que os resultados correntes alcançassem um decréscimo de 36,79% relativamente ao ano de 2009;
- os *Resultados Extraordinários*, ainda que apresentando um valor negativo no ano de 2010 (1.321.963 euros), apresentam uma melhoria no seu desempenho face ao ano de 2009.

Resultados Operacionais

O conjunto de proveitos que integram os *Proveitos Operacionais*, que ascendem 27.463.870,87 euros e representam 86,76% dos Proveitos totais da Autarquia (31.653.585,55 euros), revelam relativamente ao ano anterior um crescimento de 3,69%. Conforme se pode verificar pela análise do quadro seguinte, estes proveitos têm origem nas *Vendas e Prestações de Serviços* (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, electricidade, transportes públicos, etc.), *Impostos e Taxas* (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e nas *Transferências e Subsídios Obtidos* (Fundos Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira).

Em termos de *Custos Operacionais*, que representam a 83,84% dos Custos totais (30.144.336,90 euros) suportados pela Autarquia, da sua composição destacam-se pelo seu peso na estrutura, os *Custos com o Pessoal*, com 26,98%, os *Fornecimentos e Serviços Externos*, que representam 37,66%, e as *Amortizações do Exercício*, com um peso de 18,98%.

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

QUADRO 29 – Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais

	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	5.048.955,98	19,06%	5.591.482,09	20,36%	542.526,11	10,75%
Impostos e Taxas	5.498.736,45	20,76%	5.661.151,77	20,61%	162.415,32	2,95%
Proveitos suplementares	28.757,73	0,11%	32.487,28	0,12%	3.729,55	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.909.851,44	60,07%	16.157.236,75	58,83%	247.385,31	1,55%
Outros Custos Operacionais	0,00	0,00%	21.512,98	0,08%	21.512,98	0,00%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	26.486.301,60	100,00%	27.463.870,87	100,00%	977.569,27	3,69%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.345.375,88	5,74%	1.177.798,49	4,66%	-167.577,39	-12,46%
Fornecimentos e Serviços Externos	9.249.441,40	39,44%	9.516.873,34	37,66%	267.431,94	2,89%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.905.370,18	29,45%	6.817.600,89	26,98%	-87.769,29	-1,27%
Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.169.642,03	4,99%	1.203.760,88	4,76%	34.118,85	2,92%
Amortizações do exercício	4.386.808,28	18,71%	4.798.114,08	18,98%	411.305,80	9,38%
Provisões do exercício	368.117,16	1,57%	1.591.189,58	6,30%	1.223.072,42	332,25%
Outros Custos Operacionais	24.699,68	0,11%	168.116,23	0,67%	143.416,55	580,64%
TOTAL (Custos Operacionais)	23.449.454,61	100,00%	25.273.453,49	100,00%	1.823.998,88	7,78%
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.036.846,99		2.190.417,38		-846.429,61	

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros apresentam, no ano de 2010, a importância de 640.794,05 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Os Proveitos Financeiros integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, rendimentos de imóveis e rendimentos de participações de capital. Os valores por estes obtidos atingiram os 1.745.262,70 euros, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros no valor de 1.104.468,65 euros.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2010, ao valor negativo de 1.321.962,78 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Proveitos Extraordinários 2.444.451,98 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 3.766.414,76 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

4.1.5. RÁCIOS

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

QUADRO 30 – Evolução e Estrutura dos Rácios

	2008	2009	2010
<i>Liquidez Geral*</i>	71,82%	67,79%	89,55%
<i>Liquidez Reduzida*</i>	66,56%	64,10%	84,27%
<i>Liquidez Imediata*</i>	15,67%	16,92%	22,49%
<i>Prazo de Segurança de Liquidez</i>	25,74%	23,93%	22,42%
<i>Endividamento</i>	31,95%	34,24%	39,86%
<i>Estrutura do Endividamento*</i>	15,79%	14,57%	8,47%
<i>Cobertura dos Encargos Financeiros</i>	271,29%	121,96%	116,45%
<i>Autonomia Financeira</i>	68,05%	65,76%	60,14%
<i>Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes</i>	76,85%	74,16%	67,03%
<i>Rendibilidade do Capital Próprio</i>	1,21%	0,58%	1,26%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o activo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua actividade.
- **Estrutura do Endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.
- **Cobertura dos Encargos Financeiros** – mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da actividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira da entidade face aos respectivos credores.

- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflecte a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efectuada na perspectiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respectivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Numa perspectiva evolutiva, os rácios alcançados no ano de 2010, surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- Uma diminuição do Passivo Circulante em 23,17% (engloba igualmente os acréscimos e diferimentos com exclusão dos proveitos diferidos), contribuiu para o aumento dos **rácios de liquidez geral, reduzida e imediata**, respectivamente de 89,55%, 84,27% e 22,49% em 2010;
- Um crescimento de 13,53% dos Fundos Próprios e Passivo, relativamente ao ano de 2009;
- Um acréscimo de 3,01% dos Capitais permanentes relativamente ao ano anterior;
- Um aumento de 125,54% dos Resultados Líquidos relativamente ao ano de 2009;
- Um aumento de 4,73% dos Encargos Financeiros;
- Um crescimento de 13,95% do Imobilizado Líquido relativamente ao ano de 2009.



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço de Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2010, no montante de 1.509.248,65 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	75.462,43 euros
Reforço do Património	1.433.786,22 euros
TOTAL	1.509.248,65 euros

6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

A estratégia da organização/Município de Bragança, no ano de 2010 assentou na valorização dos seus recursos humanos, sendo este um recurso que é fundamental maximizar, a mesma, veio a incidir sobre várias vertentes, nomeadamente, no recrutamento de novos trabalhadores; na alteração obrigatória e por opção gestionária do posicionamento remuneratório dos trabalhadores; na implementação das novas regras da avaliação do desempenho dos trabalhadores (SIADAP) e no processo da modernização administrativa dos serviços.

A política da gestão dos recursos humanos do Município de Bragança, à similitude dos anos precedentes, assentou em princípios de rigor e contenção, factores que são determinantes para que a despesa com pessoal se situe muito aquém dos limites gerais impostos às despesas com pessoal dos municípios e que se traduziu num acréscimo de apenas 81.757,27 euros, exactamente 1,19% relativamente ao ano de 2009.

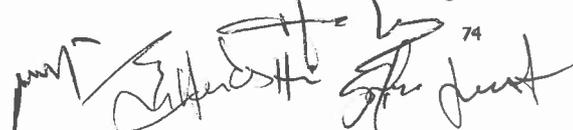
É de assinalar que este aumento, resultou, essencialmente do reembolso à ADSE com cuidados de saúde prestados aos beneficiários municipais e familiares e com a contribuição nas despesas gerais administrativas da Direcção – Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, com a alteração obrigatória do posicionamento remuneratório de um trabalhador, com a adopção da medida gestionária que abrangeu 80 trabalhadores, para além do saldo da despesa entre os novos recrutamentos (10) e pessoal desvinculado (11).

6.1. RECRUTAMENTO DE NOVOS TRABALHADORES

A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), permitiu o recrutamento excepcional de trabalhadores, que se fundamentasse na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector da actividade a que se destina o recrutamento bem como na evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra e ainda na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, desde que devidamente autorizado pelo órgão executivo.

No ano de 2010, veio a ocorrer a desvinculação ao serviço de 11 trabalhadores deste município (por cessação do contrato de trabalho por tempo indeterminado, aposentação e falecimento).

Nesta medida e para fazer face às saídas dos referidos trabalhadores procedeu-se ao recrutamento excepcional de trabalhadores para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nas seguintes áreas: 6 assistentes operacionais – área da acção educativa para o Departamento Sócio-Cultural – Escolas e Centros Escolares da Sé e Santa Maria do Município de Bragança, equipamentos Escolares que entraram em funcionamento no ano lectivo 2010-2011; 2 assistentes técnicos – área da actividade física e desportiva para o Departamento Sócio-Cultural – Parque Desportivo/Piscinas Municipais; 1 assistente técnico – área profissional de informação de tráfego de aeródromo para o Departamento de Serviços Municipais – Divisão de Transportes e Energia – Aeródromo Municipal de Bragança e 1 assistente técnico – área profissional de manutenção de equipamentos para o Departamento de Serviços Municipais – Divisão de Transportes e Energia,



os quais outorgaram em 2010, com o Município de Bragança um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado. Dos postos de trabalho descritos, 1 assistente operacional – área da acção educativa e 1 assistente técnico para o aeródromo, já detinham uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado respectivamente com a Administração Central e com este Município.

Em 2010, ocorreu ainda o recrutamento em regime de Comissão de Serviço, do cargo de direcção intermédia, de Director de Departamento Sociocultural (por vacatura do lugar).

Desenvolveram-se ainda procedimentos concursais que culminarão em 2011 com o recrutamento de três técnicos superiores – área jurídica, engenharia civil e área cultural; um assistente técnico – área de animação cultural; quatro assistentes operacionais – dois maquinistas teatrais, um operador de máquinas pesadas e veículos especiais e um motorista de pesados e ainda o recrutamento em regime de Comissão de Serviço, do cargo de direcção intermédia, de Chefe de Divisão de Educação e Desporto.

6.2. ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO

6.2.1. ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO OBRIGATÓRIA

No ano de 2010, na carreira/categoria de coordenador técnico, ocorreu 1 situação de alteração obrigatória para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontrava, por acumulação dos 10 pontos nas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontrava.

6.2.2. ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO POR OPÇÃO GESTIONÁRIA

Tendo subjacente os objectivos estratégicos do Município de Bragança para o ano de 2010 e considerando a existência de regras mais restritivas ao nível da ascensão na carreira (progressão e promoção) dos trabalhadores, julgou-se de absoluta justiça e importância adoptar a medida gestionária prevista no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro conjugado com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Nesta conformidade e no sentido de manter e elevar a motivação dos seus trabalhadores como recompensa do mérito evidenciado nos últimos 5 anos (no período de 2004 a 2008) e que reunissem condições no âmbito da opção gestionária, abrangendo todas as carreiras e categorias do regime geral e carreiras não revistas e subsistentes, foi afectada a verba de 80 000,00 €, cuja distribuição assentou na representatividade do número de trabalhadores existentes em cada uma das carreiras, da qual resultou a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária dos seguintes trabalhadores: 65 trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional; 1 trabalhador na carreira de fiscal de obras; 11 trabalhadores nas carreiras/categorias de coordenador técnico e assistente técnico; 1 trabalhador na carreira/categoria de técnico de informática; 2 trabalhadores na carreira/categoria de técnico superior, o que totalizou o universo de 80 trabalhadores.

6.3. SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2010, face à entrada em vigor do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, diploma que adaptou aos serviços da administração autárquica o sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro e revogou o Decreto-Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho, procedeu-se à implementação de novas regras inerentes à avaliação do desempenho dos trabalhadores do Município e que se consubstanciou na existência de três subsistemas: o SIADAP1 - subsistema de avaliação do desempenho das unidades orgânicas do Município de Bragança; o SIADAP2 - subsistema de avaliação do desempenho dos dirigentes intermédios do Município de Bragança e o SIADAP3 - subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores, do Município de Bragança, tendo como dois parâmetros de avaliação a fixação de objectivos e a escolha de competências.

6.4. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS

As expectativas dos munícipes continuam a crescer. Os departamentos são solicitados para melhorar o serviço. Como consequência existe necessidade de maior flexibilidade e de respostas mais expeditas através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Apesar dos recursos bastante limitados desta autarquia, têm sido dados passos importantes no sentido da sua modernização tecnológica. Para tal, têm sido realizados significativos investimentos próprios e através dos programas de financiamento disponíveis para o efeito.

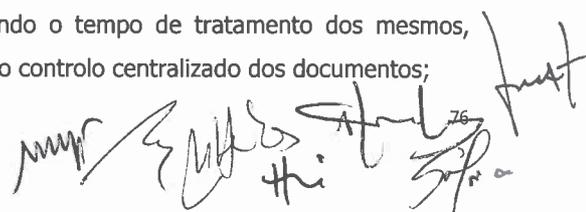
Em 2010 foram lançados diversos projectos que representam um salto qualitativo em relação ao que tem sido realizado nesta Autarquia. Trata-se de projectos que se consideram de grande interesse estratégico e que permitirão recuperar algum atraso em áreas consideradas vitais:

Optimização dos recursos computacionais do centro de dados. Foi instalada uma nova solução tecnológica visando a optimização dos recursos computacionais do centro de dados. Foram introduzidas tecnologias de virtualização, no sentido da obtenção de benefícios tecnológicos e monetários.

Implementação da solução colaborativa "Google Apps". Através de um simples browser os colaboradores da autarquia passaram a poder aceder, a partir de qualquer local, ao email e a outras ferramentas colaborativas que permitem a partilha online de calendários, documentos, apresentações, e projectos.

Consolidação do backoffice autárquico. No sentido de preparar e consolidar as aplicações de gestão autárquica para evolução futura, permitindo a sua integração com a gestão documental, com os serviços online e com a intranet, foi efectuado um diagnóstico detalhado sobre a utilização das aplicações de gestão municipal (SIGMA). Na sequência do diagnóstico efectuado, foram feitas actualizações das aplicações e foi feita formação aos utilizadores;

Arranque da gestão documental. Após instalação das aplicações e formação dos utilizadores, arrancou-se em 2010 com o circuito digital das facturas. De forma gradual, a solução permitirá eliminar, em larga percentagem, a circulação física de documentos recebidos por expediente, diminuindo o tempo de tratamento dos mesmos, aumentando a sua facilidade de pesquisa e organização, e mantendo o controlo centralizado dos documentos;



Intranet. Deu-se início ao projecto, tendo sido aprovados o design e a estrutura de conteúdos. Esta será a plataforma por excelência de divulgação da informação dentro da organização, permitindo aos serviços consultar informação e efectuar o respectivo atendimento ao público;

Serviços Online. O projecto arrancou em 2010 após aprovação do layout. Serão implementados os seguintes serviços: submissão de requerimento, consulta remota de processos, pagamento de taxas e licenças;

Integração das TIC nos processos de ensino. No contexto educativo das escolas de 1ºCiclo foi elaborada uma candidatura (actualmente aprovada) através da qual serão disponibilizadas a todas as escolas sob tutela autárquica, as seguintes plataformas tecnológicas e serviços: quadros interactivos, computadores, impressoras, videoprojectores, redes locais, software, conteúdos didácticos, formação;

Reforço da presença na Internet. Foram efectuadas diversas intervenções no Web site autárquico no sentido de uma melhoria contínua, quer em termos de conteúdos quer de funcionalidades; Foi lançado um novo Web site para a Biblioteca Adriano Moreira.

QUADRO 31 – Mapa de Pessoal em exercício de funções

Resumo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Executivo		4	4	4	4	4	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal		3	4	3	3	3	4	4
Pessoal do Quadro	372	362	361	354	354	358	357	366
Dirigente		12	12	11	11	9	10	11
Chefia		11	14	13	13	13	12	12
Técnico Superior		14	14	14	19	21	23	24
Informática		1	3	3	3	4	4	4
Técnico		5	7	7	7	7	7	8
Técnico Profissional		21	21	21	21	26	26	27
Administrativo		47	42	41	44	44	45	44
Operário		111	109	109	106	103	101	96
Auxiliar		140	139	135	130	131	129	140
Pessoal em qualquer outra situação	25	23	23	44	48	27	16	13
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89	22	17	13	25	34	16	9	6
Pessoal Eventual	2	2	1	1	1	1	1	1
Pessoal Contrato de Provimento	0	0	3	12	9	6	1	0
Pessoal Requisitado	1	2	4	4	3	3	4	4
Prestação de Serviços (Consultadoria)		2	2	2	1	1	1	2
TOTAL	397	392	392	405	409	392	381	387

	2009	2010
Executivo	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal	3	5
Pessoal do Mapa	356	353
Dirigente	11	11
Técnico Superior	32	30
Informática	4	4
Assistente Técnico	78	81
Assistente Operacional	226	222
Carreiras Subsistentes	5	5
Pessoal em qualquer outra situação	12	11
Pessoal Contratado por Tempo		
Determinado/Determinável - Certo/Incerto	5	5
Pessoal Eventual	1	0
Pessoal Requisitado	3	3
Pessoal em Mobilidade	1	1
Prestação de Serviços (Consultadoria)	2	2
TOTAL	375	373

O **Quadro 31** representa a evolução ao longo de uma década dos membros do Executivo e Gabinete de Apoio Pessoal e Pessoal do Quadro até o ano de 2008 e Pessoal do Mapa anos 2009 e 2010 em exercício de funções no Município.

QUADRO 32 – Contagem de efectivos segundo a carreira, sexo e relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Relação Jurídica	Sexo	Dir. Superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
Total de Efectivos	H	3	7	22	3	36	173	10	254
	M	1	4	12	1	45	51	5	119
	T	4	11	34	4	81	224	15	373
Comissão Serviço	H		7						7
	M		4						4
	T		11						11
Contrato por Tempo Indeterminado	H			20	3	36	171	5	235
	M			10	1	45	51	0	107
	T	0	0	30	4	81	222	5	342
Contrato por Tempo determinado (Termo Certo)	H		0	1	0	0	2	0	3
	M		0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	2	0	3

Solha *mit* *cup* *78*

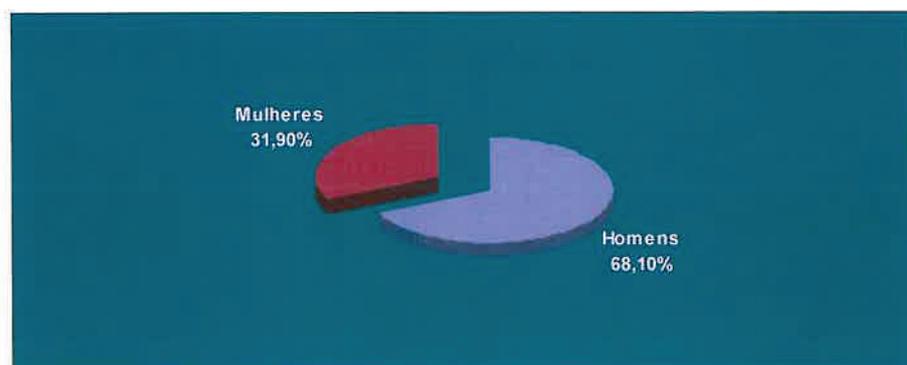
Contrato por Tempo determinável (Termo Incerto)	H		0	1	0	0	0	0	1
	M		0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	2	0	0	0	0	2
Requisição ou Destacamento	H							1	1
	M			1				2	3
	T		0	1	0	0	0	3	4
Outras Situações	H	3	0	0	0	0	0	4	7
	M	1	0	0	0	0	0	3	4
	T	4	0	0	0	0	0	7	11

No **Quadro 32** constata-se que a taxa de actividade feminina municipal se situa em 32%. No que diz respeito a esta análise constata-se ainda que, o "pico" de taxa de actividade feminina, 55%, se encontra na carreira assistente técnico, seguida do pessoal dirigente com uma taxa de 36%.

A distribuição da população empregada por sexo para o ano de 2010 vem confirmar a tendência nacional, nomeadamente no que diz respeito à persistência de profissões ainda tendencialmente femininas e tendencialmente masculinas, ou seja, verifica-se uma maior concentração de emprego masculino nas categorias profissionais de operários, e trabalhadores similares e as mulheres centram-se sobretudo nas categorias profissionais de "Pessoal administrativo e similares".

GRÁFICO XXI – Efectivos segundo o sexo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010



QUADRO 33 – Mapa das valorizações remuneratórias e contratações

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Categoria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Progressões	88	79	34	0	2	0	0	2
Opção Gestionária	0	0	0	0	0	0	0	78
Alteração Obrigatória	0	0	0	0	0	0	0	1
Promoções	32	56	13	4	11	21	42	0
Reclassificação	0	2	1	1	0	13	0	0
Transferência	2	1	0	0	0	1	2	0
Contratado por Tempo Indeterminado	-	-	-	-	-	-	-	10
Contratado por Tempo Determinado/Determinável	15	7	8	21	4	29	3	0
TOTAL.....	139	145	56	29	20	65	48	91

Os dados do **Quadro 33** reflectem que ocorreu a alteração obrigatória do posicionamento remuneratório de 1 trabalhador na carreira/categoria de coordenador técnico e a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária de 65 trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional; 1 trabalhador na carreira de fiscal de obras; 11 trabalhadores nas carreiras/categorias de coordenador técnico e assistente técnico; 1 trabalhador na carreira/categoria de técnico de informática; 2 trabalhadores na carreira/categoria de técnico superior, o que totalizou o universo de 80 trabalhadores.

No ano de 2010, face às medidas restritivas previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ocorreu o recrutamento excepcional de 10 trabalhadores em diferentes áreas, nomeadamente, na área da acção educativa, na área da actividade física e desportiva, na área profissional de informação de tráfego de aeródromo e na área profissional de manutenção de equipamentos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

QUADRO 34 – Mapa dos postos de trabalho ocupados por tempo determinado/determinável

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Resumo por Carreiras	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Técnicos Superiores	4	5	6	0	0	1
Técnicos	1	0	0	0	0	1
Técnicos Profissionais	1	2	1	0	0	0
Administrativos	3	0	0	0	0	0
Operário	0	1	0	0	0	0
Auxiliar	4	17	23	16	9	4
Ensino	0	0	4	0	0	0
TOTAL.....	13	25	34	16	9	6

80

Resumo por Carreiras	2009	2010
Técnico Superior	3	3
Informática	0	0
Assistente Técnico	0	0
Assistente Operacional	2	2
Carreiras Subsistentes	0	0
Ensino	0	0
TOTAL....	5	5

Os dados do **Quadro 34** traduzem a não aposta na criação de postos de trabalho ocupados por relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto).

QUADRO 35 – Mapa dos postos de trabalho ocupados por pessoal eventual

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Categoria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pintor	1	1	1	1	1	1	1	0
TOTAL.....	1	0						

Por falecimento, em 2010, ocorreu a desvinculação definitiva do único trabalhador eventual deste Município.

QUADRO 36 - Dirigentes

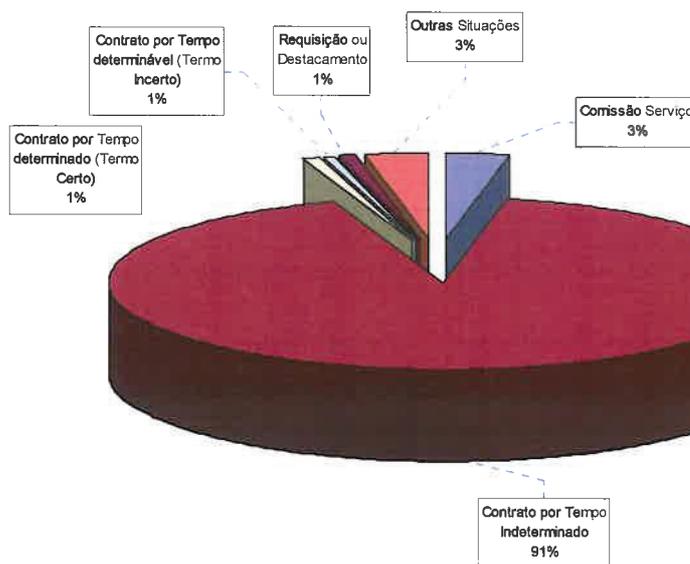
Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

CARREIRA	CATEGORIA	AREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	A DECORRER/ N.º de Lugares
Dirigente	Director de Departamento	Área Sociocultural	1
TOTAL	-	-	1

O **Quadro 36** assinala o recrutamento em regime de Comissão de Serviço, do cargo de direcção intermédia, de Director de Departamento Sociocultural (por vacatura do lugar).

GRÁFICO XXII – Efectivos segundo a relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010



Da análise ao **Gráfico XXII** resulta que a constituição da relação jurídica de emprego público no Município de Bragança, assinala com grande expressão a modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado (91%), por contraposição às restantes situações aí vertidas, dado este, que nos demonstra a aposta numa política de recrutamento de novos trabalhadores que assenta na estabilidade e segurança do emprego ao nível dos efectivos deste município.

QUADRO 37 – Mapa de cessação da relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

CARREIRA	CATEGORIA	MOTIVO
Técnico Superior	Técnico Superior – Veterinário	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro Principal	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Carpinteiro de Toscos	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiro Limpeza	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Cabouqueiro	Aposentação
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Canteiro	Aposentação

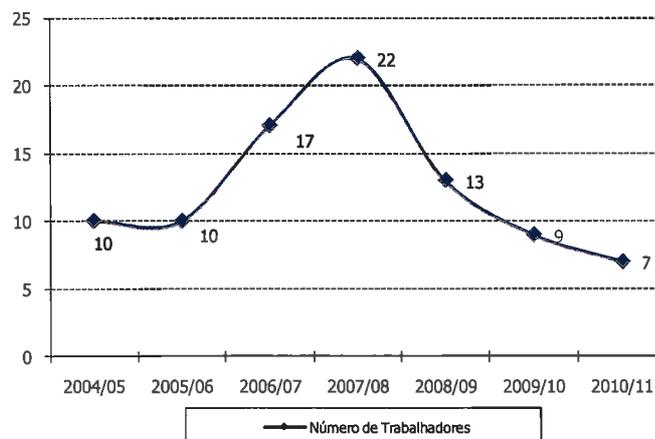
[Assinaturas manuscritas]

Assistente Operacional	Assistente Operacional - Cantoneiro Limpeza	Falecimento
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Pintor	Falecimento
Assistente Técnico	Assistente Técnico – Animação cultural	Período experimental sem sucesso
Assistente Técnico	Assistente Técnico - GARE	Cessação de contrato por tempo
TOTAL		11

Da análise dos dados do **Quadro 37** extrai-se que ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 11 trabalhadores, nas carreiras de Técnico Superior, Assistente Operacional e Assistente Técnico, com a predominância por motivos de aposentação (7).

GRÁFICO XXXIII – Estatuto de Trabalhador Estudante

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010



Da leitura do **Gráfico XXXIII** constata-se que os dados comparativos de 2007 a 2010, assinalam um decréscimo na aquisição do estatuto do trabalhador estudante, pelos trabalhadores do Município de Bragança.

A tendência decrescente registada deve-se ao facto de uma grande parte dos trabalhadores estudantes deste município terem já adquirido e concluído os níveis de ensino a que se propuseram. Contudo, mantém-se o interesse por parte dos trabalhadores deste Município (7), em adquirir uma nova formação académica de qualquer nível de ensino oficial ou equivalente, utilizando as facilidades previstas no estatuto do trabalhador estudante, o que revela um crescente interesse em se valorizarem e na obtenção de novas competências, iniciativa que tem sido bem acolhida e até estimulada, por parte do executivo municipal, tendo em vista uma valorização pessoal e profissional, o que sem dúvida é um factor de desenvolvimento com reflexos muito positivos na resposta às solicitações dos cidadãos.

QUADRO 38 – Absentismo (n.º de dias)

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Categoria	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Masculino	6.765	6.009	5.481	5.491	5.432	5.110	5.164
Feminino	2.714	2.981	2.265	2.310	2.664	2.846	3.376
TOTAL.....	9.479	8.990	7.746	7.801	8.096	7.956	8.540

Para cálculo do absentismo referente ao ano de 2010, o número das faltas contabilizado (8.540), comparativamente com o ano de 2009 (7956), registou um ligeiro acréscimo, onde foram incluídas todo o tipo de faltas à excepção das férias, nomeadamente: casamento; maternidade e paternidade; nascimento; falecimento de familiar; doença; doença prolongada; assistência a familiares; trabalhador estudante; por conta do período de férias; faltas injustificadas, e por perda de vencimento.

Revela especificar que a doença prolongada (4.997 dias) se distribui por 40 trabalhadores, e que só 16 trabalhadores têm 3.709 dias de faltas por doença prolongada, o que representa 43,43% do total das faltas, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas (ADSE e CGA) que para verificação das mesmas demora, em média, 4/5 meses. Assim sendo, podemos considerar que a grande causa do absentismo, resulta na demora deste procedimento, tendo-se mesmo agravado em 2010.

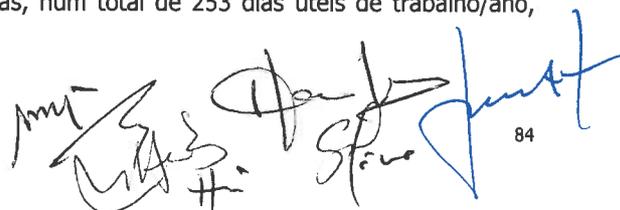
Quando um trabalhador atinge 60 dias consecutivos de faltas por doença, e não se encontra apto a regressar ao serviço, é obrigatoriamente sujeito à intervenção da Junta Médica da ADSE. Por sua vez, esta entidade pode solicitar a intervenção da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações para melhor avaliação. No período decorrente entre o sexagésimo primeiro dia de faltas consecutivas e a comunicação do resultado da Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, o trabalhador fica impedido de se apresentar no local de trabalho independentemente do mesmo vir a ser considerado apto, ou não, pela Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, para o desempenho de funções. A morosidade da marcação da Junta Médica da ADSE, a morosidade da marcação da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, e a morosidade da comunicação do parecer desta última junta médica, determina que o trabalhador e a entidade permaneçam longos meses, desconhecendo o indeferimento ou não do processo, mas mantendo legalmente o trabalhador ausente do local de trabalho.

QUADRO 39 – Evolução percentual do Absentismo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
8,97%	8,42%	7,57%	7,84%	8,04%	8,42%	9,10%

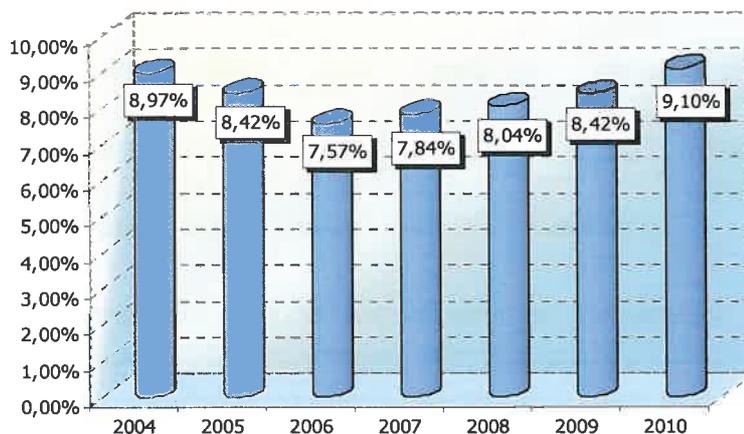
Este rácio indica, para o ano de 2010, a percentagem de faltas, num total de 253 dias úteis de trabalho/ano, relativamente a um total de 373 trabalhadores efectivos.



84

GRÁFICO XXIV – Evolução percentual do Absentismo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010



QUADRO 40 – Acções de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número de Trabalhadores	23	40	40	27	54	92	54	66
Importância Dispendida	2.325,00 €	7.040,00 €	19.445,00 €	9.528,00 €	11.886,00 €	18.682,00 €	16.219,74 €	6.008,00 €

QUADRO 41 – Participações em acções de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2010

Tipo de Acção	Dirigentes	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
---------------	------------	------------------	-------------	--------------------	------------------------	---------------	-------

Número total das Participações	13	12	2	27	8	4	66
Acções do tipo interno	0	0	0	8	8		16
Acções do tipo externo	13	12	2	19	0	4	50

Número total de horas	129	356	42	415	3	28	973
Número de horas em Acções internas	0	0	0	3	3	0	6

Número de horas em							
Acções externas	129	356	42	412	0	28	967

A formação profissional continua a constituir uma prioridade na política de gestão de recursos humanos do Município de Bragança, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação, inovação e conhecimento dos trabalhadores é de extrema importância para um acréscimo da qualidade dos serviços prestados.

Face às dificuldades financeiras porque passa o País e os municípios, a participação em acções de formação e cursos no ano de 2010 nesta autarquia, assentou em critérios de selecção de maior grau de exigência e prioridades, foram desenvolvidas uma multiplicidade de acções de formação em diversas áreas, como seja: electricidade e energia; informática; desporto; segurança e higiene no trabalho, recursos humanos; apoio a crianças e jovens; arquitectura e urbanismo, num total de 973 horas de formação, envolvendo a participação de 66 trabalhadores que incluem os dirigentes das diferentes unidades orgânicas.

A nível interno foi desenvolvida uma acção de aperfeiçoamento profissional, para coordenares técnicos e para encarregados operacionais, no âmbito das alterações do SIADAP/ avaliação de desempenho dos trabalhadores.

A Câmara Municipal de Bragança, foi entidade promotora na acção de formação - o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, tendo como entidade formadora o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP, que decorreu nesta cidade de Bragança.

Ao nível da qualificação do pessoal dirigente, culminaram a frequência do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), três titulares de cargos de direcção intermédia, dando assim cumprimento à exigência legal prevista para o exercício de funções dirigentes (Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com nova redacção dada pelo Decreto-lei n.º 104/2006, de 07 de Julho), aproveitando condições de frequência favoráveis decorrentes do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

No âmbito da formação, embora noutra vertente, é de relevar a colaboração com entidades formadoras públicas e privadas no acolhimento a estágios profissionais e curriculares, proporcionando apoio técnico e integração em contexto real de trabalho a quarenta e um alunos recém-formados, com habilitações médias, superiores ou pós-graduados, facilitando a inserção na vida activa e contribuindo para a articulação e ajustamento da saída do sistema educativo/formativo com possibilidades de emprego na Função Pública.

Ao longo do ano decorreram quatro estágios do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nas áreas de Administração Pública, Engenharia Civil, Serviço Social e dois na área de Educação Física/Desporto.

Ao nível dos Estágios Profissionais decorreram dezanove, em resposta às solicitações de formação de quadros intermédios do Instituto Politécnico de Bragança; um em colaboração com a escola profissional de Carrazeda de Ansiães; dois com o Centro de Formação Profissional de Bragança; quatro com a Escola Secundária Miguel Torga desta Cidade; um com a Escola Prática Universal, um com o Colégio de Torre de D. Chama, dois com o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, um com o Centro Social de Reabilitação Profissional de Macedo de Cavaleiros, três com o Instituto Piaget e dois com a Empresa de formação SOPROFOR (Bragança).

Por solicitação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto apoiou-se a realização de um Mestrado em Museologia.

A abertura desta Entidade a jovens recém formados proporciona-lhes uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, formatada de modo a valorizar as suas qualificações e competências académicas e profissionais e, ao mesmo tempo, familiariza-os com as regras, práticas da administração local, promovendo também o sentido de serviço público.